GUILHERME FORMA KLAFKE

Continuidade e mudanças no atual modelo de acórdãos do STF

A prática, as razões para sua manutenção e caminhos para aperfeiçoamento

TESE DE DOUTORADO

Orientador: Professor Titular Dr. Elival da Silva Ramos

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO - SP

2019

GUILHERME FORMA KLAFKE

Continuidade e mudanças no atual modelo de acórdãos do STF

A prática, as razões para sua manutenção e caminhos para aperfeiçoamento

Tese de Doutorado apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de Direito do Estado, sob a orientação do Prof. Titular Dr. Elival da Silva Ramos.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO - SP

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Klafke, Guilherme Forma

Continuidade e mudanças no atual modelo de acórdãos do STF: A prática, as razões para sua manutenção e caminhos para aperfeiçoamento / Guilherme Forma Klafke; orientador Elival da Silva Ramos -- São Paulo, 2019.
349p.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Direito do Estado) -- Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2019.

1. DIREITO. 2. DIREITO CONSTITUCIONAL. 3. CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE. 4. DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL. I. Ramos, Elival da Silva, orient. II. Título. III. Título: A prática, as razões para sua manutenção e caminhos para aperfeiçoamento.

GUILHERME FORMA KLAFKE

Continuidade e mudanças no atual modelo de acórdãos do STF

A prática, as razões para sua manutenção e caminhos para aperfeiçoamento

Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo na área de concentração de Direito do Estado sob a orientação do Prof. Titular Dr. Elival da Silva Ramos.

Aprovado em: _____

Banca examinadora:

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*À Sociedade Brasileira de Direito Público, em especial ao
programa Escola de Formação Pública, do qual fui e sempre
serei aluno, por ter me colocado no caminho deste doutorado.*

AGRADECIMENTOS

Não seria exagero dizer que se não fosse por algumas pessoas, esta tese nunca teria sido entregue. A elas eu tenho minha mais profunda gratidão e a certeza de que contribuíram demais para que eu tivesse a serenidade, a força e a confiança para terminar essa etapa da vida.

Primeiro, agradeço a meu orientador, professor Elival, que não apenas me introduziu no mundo acadêmico na graduação, quando me aceitou como orientando de iniciação científica e depois de tese de láurea, mas continuou comigo no mestrado e no doutorado. Se você não tivesse me tranquilizado nas horas parecia ser trabalho demais para ser vencido ou reforçado a inovação na tese quando até eu duvidava da sua importância, estas palavras não estariam aqui.

Segundo, agradeço profundamente à Cecília, companheira de caminhada. Você chegou aos 30 minutos do 2º tempo na minha trajetória, mas foi avassaladora. Senti que tinha do meu lado uma verdadeira “camisa 10” que apoiava o ataque, voltava para defesa, cobrava a falta e cabeceava para o gol. As suas contribuições, o seu apoio para aliviar minha carga de trabalho e, principalmente, o seu carinho nessa reta final me deram energia para fazer o meu melhor!

Terceiro, agradeço o apoio da Marina Feferbaum, parceira de oficinas docentes. Sem a sua compreensão, acho que nem teria tido tempo para escrever a tese! As palavras de incentivo e o interesse com o andamento dos trabalhos me deram uma motivação essencial para seguir sempre em frente. Estendo as palavras de gratidão a toda a equipe do CEPI, especialmente Pacheco e Clio, nosso *dream team* do ensino!

Outras pessoas podem não ter noção do quanto me ajudaram. José Garcez, conversar com você algumas vezes inflamou em mim a vontade de voltar a planilhar documentos quando a tarefa parecia hercúlea demais. Sem as suas dicas, Adriane, o caminho teria sido mais tortuoso. No início e na qualificação, você ajudou a formatar muito do que viria a ser este trabalho. Vê-la passar com louvor na sua banca foi uma injeção de ânimo para fazer uma coisa diferente! Nessa reta final também foi uma grata surpresa ter a sua companhia, Vivian, nas viradas de noite de trabalho! Demos suporte um para o outro e com certeza crescemos no processo!

Teve quem contribuísse materialmente para a produção da tese. Por ajudarem a construir muitas das reflexões nos cafés, nos almoços de meio de semana e numa leitura cuidadosa e

carinho dos esboços, especialmente neste final, agradeço a vocês, Carlos Batalha, Helena Funari, Karina Denari, Luíza Corrêa, Nikolay Bispo e Ju Palma! Também agradeço aos servidores do STF que gentilmente me receberam na visita feita à instituição, e à Biblioteca do STF, que atendeu pronta e gentilmente aos meus pedidos de textos e cópias de livros. Finalmente, meu muito obrigado à Letícia pela transcrição dos áudios e à Sophia, ao Marco e à Fran pela ajuda com os resumos.

Outras pessoas me acompanharam mais de perto em diferentes momentos nos últimos três anos e meio e contribuíram para o crescimento acadêmico e pessoal que tive durante o doutorado. Agradeço à Fabi Pinho e à Fabi Garcia, aos colegas Carlos Dutra, Carlos Navarro e Lucas Laurentis pelos “cafés filosóficos”, ao Rubens Glezer e ao Maurício Chavenco. Também reverencio a maravilhosa turma da Escola de Formação Pública de 2017, da qual fui Coordenador, e a fenomenal equipe (Natália, Yasser, André, todos sob a inspiração do prof. Carlos Ari). Por último, gostaria de relatar a marca que os alunos das aulas de Filosofia do Direito em São Bernardo deixaram em mim como professor – com um agradecimento especial ao grupo de monitores que me possibilitou inovar no ensino e continuar minha pesquisa ao mesmo tempo e aos professores que me acolheram por lá. Não serei capaz de nomear todas as pessoas que estiveram mais ou menos próximas nesse caminho, mas sintam-se abraçadas e agradecidas.

Para provar que ser os últimos nos agradecimentos não significa ser menos importante, gostaria de agradecer à minha família: minha mãe, Shirlei; meu pai, Júlio; e minha irmã, Raquel. Mãe, eu levo comigo em qualquer trabalho a ética dos estudos que você incutiu em mim e a vontade de fazer o melhor com a certeza de que será bom o bastante. Pai, não vou me esquecer das nossas conversas de almoço sobre como conduzir um doutorado e como você passou por isso quando estive na pós. Quel, novamente passamos pela experiência de fazer grande trabalhos ao mesmo tempo. Foi mais uma mostra da conexão que mantemos!

No fim, um toque de “doutorado quase real”. Prorroguei prazo, fiz a pesquisa engajado em vários trabalhos ao mesmo tempo e passei meses questionando tudo, dos métodos ao tempo que teria. Duvidei muito do que estava fazendo. Mas nesse percurso não só amadureci intelectualmente, como conheci melhor meu jeito de trabalhar. Se o doutorado é uma porta de entrada na academia, o primeiro passo para atravessá-la foi dado com o pé direito.

If an opinion is narrow minded or unperceptive or dishonest or authoritarian, it will trivialize the experience of those it talks about, and it will trivialize the law too. If it is open and generous, full of excitement at the importance it gives to the events and people it speaks of, and to its own treatment of them as well, it will dignify the experience of those it talks of, and in so doing it will dignify the law itself. It may even be touched with nobility.

- James Boyd White, 1995, p. 1369.

RESUMO EM PORTUGUÊS

KLAFKE, Guilherme Forma. **Continuidade e mudanças no atual modelo de acórdãos do STF**: A prática, as razões para sua manutenção e caminhos para aperfeiçoamento. 2019. 349f. Doutorado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Esta tese se insere no debate sobre o processo decisório do Supremo Tribunal Federal. Ela se opõe ao argumento de que o modelo de elaboração e de estrutura formal de acórdãos (agregativo ou *seriatim*) se manteve até hoje por inércia e pela falta de reflexão dos ministros. Essa afirmação sobre o papel da tradição tem o efeito negativo de apresentar a atual prática do Tribunal como irracional e ilegítima. O objetivo do trabalho é construir o adversário dessa crítica por meio, primeiro, de uma análise histórica das instituições formais e informais que incidem sobre o processo decisório e, segundo, de uma análise documental de acórdãos de recursos extraordinários publicados entre 1978 e 1982, 2005 e 2009 e 2015 e 2019. Nessa pesquisa foi possível identificar três justificativas oferecidas como razões para as continuidades e mudanças da redação de acórdãos no STF: a) a produtividade, que orientou mudanças no processo de redação dos acórdãos e no produto em si com vistas a sanar a “crise do Supremo”; b) a publicidade, que condicionou a estrutura do acórdão com vistas a dar transparência ao processo decisório do Tribunal; e c) a deliberação, que também enxergava no modelo uma maneira de conferir maior dinamismo aos debates e aumentar a qualidade dos julgamentos. Sob uma perspectiva neoinstitucionalista histórica, que procura identificar os conflitos de interesse que mantêm e mudam instituições, a narrativa e os documentos revelam que a justificativa da produtividade se tornou hegemônica. Os resultados da tese são contribuições teóricas que refinam a imagem de “onze ilhas” e da tradição aplicada aos acórdãos, ao lado de contribuições práticas que podem promover os fins que sustentam as três justificativas apresentadas, como a reestruturação dos documentos e das competências da burocracia no órgão.

Palavras-chave: redação de acórdãos; deliberação; “onze ilhas”; processo decisório; Supremo Tribunal Federal.

ABSTRACT

KLAFKE, Guilherme Forma. **Continuity and changes in the formal style of judgments in Brazilian Supreme Court:** The practice, reasons for its endurance and ways of improving it. 2019. 349Z. Doctorate – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2019.

This doctoral thesis contributes to the debate on the decision-making process of the Brazilian Supreme Court (Supremo Tribunal Federal - STF). It opposes to the argument that the process of elaboration and the formal style of the Court decision (aggregative or seriatim) have lasted due to inertia and lack of reflection of the judges. The claim about tradition has a negative side effect of presenting the current practice of the Court as irrational and illegitimate. The purpose of this research is to contest this critic through, first, a historical analysis of formal and informal institutions responsible for the decision-making process and, second, a documental analysis of Extraordinary Appeal published between 1978 and 1982, 2005 and 2009 and 2015 and 2019. It was possible to identify three justifications for the continuities and changes in the writing process of the judgments in STF: a) the productivity, which guided changes in activity and product in view of healing the "crisis of the Supreme Court"; (b) the publicity, which conditioned the product in order to give transparency to the decision-making process of the Court; and c) the deliberation, which presupposes that this model elevates dynamism to the debates and increases the quality of judgments. From a historical neoinstitutionalist perspective that tries to identify the conflicts of interest that maintain and change institutions, the narrative and the documents reveal that the productivity justificative has become hegemonic, overlapping the others. As result of the work, it presents theoretical contributions to the “eleven islands” metaphor, as well as practical contributions that fosters the three justifications presented, like a restructuring that includes documents and bureaucracy's competencies in the Court.

Keywords: Brazilian Supreme Court; decision-making process; deliberation; “eleven islands”; formal style of judgments; opinion drafting.

ZUSAMMENFASSUNG

KLAFKE, Guilherme Forma. **Kontinuität und Veränderungen in der Abfassung der Urteile des Obersten Brasilianischen Bundesgerichtshofs:** die Praxis, die Rechtfertigung für ihre Kontinuität und einige Verbesserungsmöglichkeiten. 2019. 349p. Doktorat – Rechtshochschule, São Paulo Universität, São Paulo, 2019.

Diese Doktorarbeit ist Teil der allgemeinen Debatte über den Entscheidungsprozess des Obersten Brasilianischen Bundesgerichtshofs (Supremo Tribunal Federal - STF). Sie widerspricht der Annahme, dass das Modell der Ausarbeitung und der formalen Struktur von Urteilen („Seriatis“ oder „Aggregat“) aufgrund der Trägheit und mangelnden Reflexion von Richter bis heute Bestand habe. Schließlich hat diese Annahme hinsichtlich der Rolle der Tradition den negativen Nebeneffekt, dass sie die derzeitige Praxis des Gerichtshofs als irrational und unrechtmäßig darstellt. Um eine Antwort auf diese Kritik zu machen, wird zunächst eine historische Analyse der formellen und informellen Institutionen vorgenommen werden, welche den Entscheidungsprozess beeinflussen. In einem zweiten Schritt wird eine Dokumentenanalyse der Gerichtsurteile zur konkreten Normenkontrolle in den Zeiträumen von 1978 bis 1982, von 2005 bis 2009 und von 2015 bis 2019 erfolgen. Es konnten drei Rechtfertigungen für die Kontinuität und die Veränderungen in der Abfassung der Urteile des Gerichts ermittelt werden: a) die Produktivität, die Veränderungen in der Abfassung der Urteile und in der Struktur der Urteile vorgenommen hat, um die „Krise des STFs“ zu heilen, b) die Bekanntmachung, um den Entscheidungsprozess des Bundesgerichts transparent zu machen; und c) die Entscheidung, die im Modell die Chance sieht, Debatten eine größere Dynamik zu verleihen und die Qualität der Urteile zu verbessern. Aus einer neo-institutionalistischen und historischen Perspektive, die die Interessenkonflikte zu identifizieren sucht, die Institutionen aufrechterhalten und verändern, zeigen eine Diskurs- und Dokumentenanalyse, dass die Rechtfertigung der Produktivität die weiteren genannten Rechtfertigungsansätze dominiert. Als Ergebnis dieser Arbeit werden theoretische Beiträge präsentiert, die die Metapher der "elf Inseln" überdenken, indem diese auf Gerichtsurteile angewandt werden. Sie machen so praktische Vorschläge zur Förderung der drei Rechtfertigungsgründe, wie beispielsweise die Umstrukturierung der Dokumente und der bürokratischen Kompetenzen des Obersten Brasilianischen Bundesgerichtshofs.

Schlüsselwörter: Urteilsabfassung; Beschluss/Entscheidung; "Elf Inseln"; Entscheidungsprozess; Oberster Brasilianischer Bundesgerichtshof (Supremo Tribunal Federal).

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

FIGURAS

FIGURA 1 - PRIMEIRA PÁGINA DO ACÓRDÃO DO RE 452.994-7/RS.....	35
FIGURA 2 - COMPARAÇÃO ENTRE CABEÇALHOS DE DOIS DOCUMENTOS JUNTADOS NO RE 597.845/GO.....	97
FIGURA 3 - COMPARAÇÃO DE DOCUMENTOS QUANTO À PAGINAÇÃO NO RE 597.854/GO	98
FIGURA 4 - MARCAÇÕES DE DOCUMENTOS NO RE 597.854/GO.....	98
FIGURA 5 – PRIMEIRA PÁGINA DO ACÓRDÃO DE 3 DE SETEMBRO DE 1893 NO HC 415	110
FIGURA 6 - PÁGINA FINAL DA OPINIÃO VENCEDORA NO ACÓRDÃO DE 3 DE SETEMBRO DE 1893 NO HC N. 415	111
FIGURA 7 - PRIMEIRA PÁGINA DO ACÓRDÃO DE 9 DE AGOSTO DE 1893 NO HC N. 406.	113
FIGURA 8 - PÁGINA FINAL DO ACÓRDÃO DE 9 DE AGOSTO DE 1893 NO HC N. 406.....	114
FIGURA 9 - ASSINATURAS DO MINISTRO PRESIDENTE E DO MINISTRO RELATOR NO ACÓRDÃO DE 10 DE JANEIRO DE 1923 NO HC N. 8.826.....	119
FIGURA 10 - ASSINATURAS DO MINISTRO PRESIDENTE E DO MINISTRO REDATOR NO ACÓRDÃO DE 16 DE DEZEMBRO DE 1914 NO HC N. 3.697	120
FIGURA 11 - ASSINATURAS DO MINISTRO PRESIDENTE E DO MINISTRO RELATOR <i>AD HOC</i> NO ACÓRDÃO DE 4 DE JANEIRO DE 1911 NO HC N. 2.984	120
FIGURA 12 - PÁGINA DATILOGRAFADA DO VOTO VENCIDO DO MIN. EPITÁCIO PESSOA NO ACÓRDÃO DE 4 DE JANEIRO DE 1911 NO HC N. 2.984.....	121
FIGURA 13 - PRIMEIRA PÁGINA, DATILOGRAFADA, DO ACÓRDÃO DE 20 DE AGOSTO DE 1924 NO HC N. 11.942.....	122
FIGURA 14 - ÚLTIMA PÁGINA, DATILOGRAFADA, DO ACÓRDÃO DE 20 DE AGOSTO DE 1924 NO HC N. 11.942.....	123
FIGURA 15 - PRIMEIRA PÁGINA DO ACÓRDÃO NO HC N. 26.155, DE 17 DE JUNHO DE 1936	132
FIGURA 16 - PRIMEIRA PÁGINA DO ACÓRDÃO NO HC N. 26.178, JULGADO EM 20 DE JULHO DE 1936.....	133

FIGURA 17 - ANTECIPAÇÃO AO VOTO DO MIN. CASTRO NUNES NO HC N. 29.763, JULGADO EM 28 DE MAIO DE 1947	134
FIGURA 18 – PÁGINA INICIAL DO RE 578.695/RS, COM DESTAQUE PARA INDICAÇÃO DO NÚMERO DE PÁGINAS DO ACÓRDÃO (MECANISMO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DO PROCESSO)	143
FIGURA 19 – CAPTURA DE TELA DE EDITOR DE TEXTO NO SISTEMA DE TRANSCRIÇÃO DE ÁUDIO DE JULGAMENTO – TELA “TRANSCRIÇÃO” (2018) – RE 627.189/SP.....	154
FIGURA 20 - CAPTURA DE TELA DO SISTEMA DE TRANSCRIÇÃO DE ÁUDIO DE JULGAMENTO – TELA “NOTAS TAQUIGRÁFICAS” DE COMPOSIÇÃO DO ACÓRDÃO (2018) – RE 627.189/SP.....	156
FIGURA 21 - CAPTURA DE TELA DO SISTEMA E-SESSÃO - TELA INICIAL DE ACOMPANHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO ACÓRDÃO (2018) – RE 627.189/SP	159
FIGURA 22 - CAPTURA DE TELA DE TRANSCRIÇÃO DE DEBATE NO RE 628.658/RS, JULGADO EM 4 DE NOVEMBRO DE 2015	272

TABELAS

TABELA 1 - SUMÁRIO DAS ESTATÍSTICAS.....	58
TABELA 2 - RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS: PROCESSOS DISTRIBUÍDOS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DESDE 1891	126
TABELA 3 - NÚMERO DE ACÓRDÃOS EM QUE CONSTA O DOCUMENTO (POR CATEGORIA DE DOCUMENTO E PERÍODO)	168
TABELA 4 – POSIÇÃO DOS DOCUMENTOS POR CATEGORIA (1978-1980)	169
TABELA 5 – POSIÇÃO DOS DOCUMENTOS POR CATEGORIA (2005-2009)	170
TABELA 6 – POSIÇÃO DOS DOCUMENTOS POR CATEGORIA (2015-2019)	171
TABELA 7 - COMPARAÇÃO ENTRE QUANTIDADE E MÉDIA DE PÁGINAS E DOCUMENTOS NOS ACÓRDÃOS (1978-1982; 2005-2009; 2015-2019).....	176
TABELA 8 - COMPARAÇÃO ENTRE QUANTIDADE E MÉDIA DE PÁGINAS E DOCUMENTOS NOS ACÓRDÃOS (1978-1982; 2005-2009; 2015-2019).....	178
TABELA 9 - QUANTIDADE E PROPORÇÃO DE VOTOS (COM APARTES, SEM APARTES E VOTOS-VISTA) JUNTADOS AO ACÓRDÃO, EXCLUÍDOS OS PRIMEIROS VOTOS DO RELATOR	182

QUADROS

QUADRO 1 - SUBFASES DO MOMENTO PÓS-DECISÓRIO	30
QUADRO 2 - INSTITUIÇÕES FORMAIS E INFORMAIS	75
QUADRO 3 - QUADRO CONCEITUAL DAS FASES DECISÓRIAS NA OBRA DE CONRADO HÜBNER MENDES	262
QUADRO 4 - DISTINÇÃO ENTRE MODELOS DE ELABORAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE ACÓRDÃOS	277

GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - PROPORÇÃO DE ACÓRDÃOS NA AMOSTRA, DE ACORDO COM A QUANTIDADE DE VOTOS (INCLUSIVE VOTO DO/A RELATOR/A)	173
GRÁFICO 2 - PROPORÇÃO DE ACÓRDÃOS NA AMOSTRA, DE ACORDO COM A QUANTIDADE DE VOTOS (INCLUSIVE VOTO DO/A RELATOR/A), SEM JULGADOS REPETIDOS DO PERÍODO 2005-2009	174
GRÁFICO 3 - PROPORÇÃO DE ACÓRDÃOS NA AMOSTRA, DE ACORDO COM A QUANTIDADE DE DOCUMENTOS, SEM JULGADOS REPETIDOS DO PERÍODO 2005- 2009	175
GRÁFICO 4 - PROPORÇÃO DE ACÓRDÃOS NA AMOSTRA, DE ACORDO COM A PROPORÇÃO DE PÁGINAS DEDICADAS A DOCUMENTOS COM PARTICIPAÇÃO ORAL DE MINISTROS (VOTOS COM APARTES, MANIFESTAÇÕES OU DEBATES) – EXCLUÍDOS ESPELHO DE EMENTA, RELATÓRIO E EXTRATO DE ATA.....	180

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACi – Apelação Cível

ADC – Ação Declaratória de Constitucionalidade

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

ADO – Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão

ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

AgRg – Agravo Regimental

AI – Agravo de Instrumento

AI – Ato Institucional

BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China (nome dado ao grupo de países)

ED – Embargos de Declaração

EDv – Embargos de Divergência

MS – Mandado de Segurança

PSV – Proposta de Súmula Vinculante

RE – Recurso Extraordinário

RISTF – Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal

STF – Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
2 PREMISSAS INICIAIS: CONTEXTO E PROPOSTA DA TESE.....	23
2.1 O contexto teórico: estudos sobre a redação de acórdãos	29
2.2 O contexto acadêmico: as críticas aos acórdãos do Supremo Tribunal Federal	36
2.2.1 Preocupações que embasam as críticas à redação dos acórdãos: o que se espera do STF?	38
2.2.2 Críticas à elaboração e à apresentação dos acórdãos no STF: o diagnóstico das “onze ilhas”	42
2.2.3 Outras críticas à elaboração e à apresentação dos acórdãos no STF.....	55
2.3 A construção de um adversário para o argumento da tradição: por que os acórdãos não mudam?	63
2.4 Pressupostos teóricos e metodológicos da tese: neoinstitucionalismo e análise documental	71
2.4.1 O que são instituições e como o conceito se aplica ao processo decisório do STF?.....	71
2.4.2 Evolução e manutenção de instituições: os aportes do neoinstitucionalismo	76
2.4.3 Métodos de pesquisa empregados, em especial a análise documental de acórdãos	91
3 RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO PROCESSO DE REDAÇÃO DOS ACÓRDÃOS NO STF E DO ESTILO FORMAL DOS DOCUMENTOS	100
3.1 A evolução histórica do modelo de acórdãos do Supremo Tribunal Federal	101
3.1.1 Os primórdios da prática: 1891 a 1931	102
3.1.2 A ruptura: adoção da taquigrafia no Tribunal na década de 1930.....	124
3.1.3 O primeiro momento de inflexão: as reformas da década de 60 e o Regimento Interno de 1970.....	136
3.1.4 O segundo momento de inflexão: os impactos das tecnologias de informação e comunicação	141
3.1.5 O atual processo de elaboração de acórdãos no Supremo	151
3.1.6 A atual estrutura dos acórdãos no Supremo	163
3.2 Um sentido para a prática: a subordinação da redação às fases anteriores do processo decisório	184
3.2.1 Continuidades e mudanças no modelo de elaboração e apresentação dos acórdãos	185
3.2.2 A subsidiariedade do momento de redação dos acórdãos em relação às demais fases decisórias	195
3.3 Síntese parcial	212
4 O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA ALÉM DA TRADIÇÃO: JUSTIFICATIVAS PARA O MODELO DE REDAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS ACÓRDÃOS.....	214
4.1 As justificativas que sustentam a prática e o estilo formal dos acórdãos	214

4.1.1 A justificativa da produtividade para o processo de redação dos acórdãos.....	215
4.1.2 A justificativa da publicidade para a estrutura dos documentos	233
4.1.3 A justificativa da deliberação para o processo de redação e para a estrutura dos acórdãos	241
4.2 A hegemonia da justificativa da produtividade.....	246
 5 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS PARA O PROCESSO DECISÓRIO DO STF	 258
5.1 Contribuições teóricas: repensando a literatura a partir da reconstrução histórica	260
5.1.1 Reflexões sobre a divisão do processo decisório em etapas e tarefas	261
5.1.2 Reflexões sobre a aplicação metáfora das “onze ilhas”	267
5.1.3 Reflexões sobre a natureza dos acórdãos no Brasil e o uso das categorias estrangeiras	274
5.1.4 Reflexões sobre a relação entre processo decisório e legitimidade.....	286
5.2 Contribuições práticas: repensando o processo decisório do STF a partir das escolhas passadas e da estrutura presente	297
5.2.1 Reflexões sobre as justificativas do modelo e sua aplicação na prática pelo Tribunal	298
5.2.2 Sugestões para o modelo de elaboração e apresentação dos acórdãos	305
 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 318
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 325
 APÊNDICE - LISTA DE TÍTULOS DE DOCUMENTOS NO STF	 345

1 INTRODUÇÃO

O modo como o Supremo Tribunal Federal (STF) decide vem recebendo críticas simbolizadas pela metáfora das “onze ilhas” e pela ideia de que a “supremocracia” se tornou “ministocracia”. Há pelo menos dez anos essa representação da Corte ataca diferentes momentos do seu processo de tomada de decisões, questionando não apenas uma cultura individualista que comprometeria a ação e a percepção do órgão como um ente coletivo, mas também arranjos institucionais que favoreceriam a fragmentação e o isolamento de seus membros no momento de decidir.

Em uma primeira aproximação, os autores que enfatizam esses problemas indicam manifestações desse fenômeno em vários comportamentos, especialmente na falta de disposição dos ministros para o diálogo e para a troca sincera de argumentos em busca de uma decisão melhor. Os principais reflexos dessa atitude seriam a superficialidade das discussões em Plenário, que se resumem a uma série de longas exposições de votos, e a ausência de um posicionamento verdadeiramente institucional em um acórdão claro e construído por todos. A percepção de que o Supremo seria formado por onze membros que não se comunicam seria estimulada pela forma como eles decidem e apresentam suas decisões ao público.

Esta tese surge de um incômodo com essa crítica “deliberativista” representada pela metáfora das “onze ilhas”. Ele não se dirige contra o seu aspecto normativo, que consiste na ideia de que tribunais constitucionais devem deliberar melhor – “deliberar” no sentido de troca de argumentos entre seus membros com vistas a uma decisão mais acertada – para aumentar sua legitimidade perante os outros Poderes e os cidadãos em geral. Esse pensamento de que a jurisdição constitucional se torna mais legítima quanto mais os juízes deliberam pode ser contestado tanto descritivamente – é assim que ela realmente se legitima? –, quanto normativamente – é assim que ela deve se legitimar? Contudo, não desejo seguir por essa linha.¹

¹ Para uma defesa dessa posição normativa, cf. MENDES, CONRADO HÜBNER, 2013; SILVA, 2013.

A inquietação emerge do peso que os principais autores brasileiros sobre o tema atribuem à falta de reflexão crítica e à força da tradição no STF. A própria ideia de que a deliberação leva a resultados melhores parte de uma longa linhagem de pensamento que enxerga na racionalidade dos atores a chave para explicar e justificar comportamentos. O diagnóstico das “onze ilhas” é acompanhado da pressuposição de que uma prática antideliberativa se mantém de maneira irrefletida, irracional, automática, tradicional. É coerente com essa posição a busca pela conscientização dos atores a respeito dos problemas da prática. Mais do que mudanças institucionais, a crítica busca uma mudança cultural e de mentalidade na Corte.

A dificuldade com essa assunção é que a própria prática do STF é negligenciada. Se, como o argumento faz crer, o Tribunal mantém a sua forma de decidir em razão da tradição, e se os pesquisadores não exploram mais a fundo a prática para saber se não existem razões mais fundamentais para que ela perdure, a crítica das “onze ilhas” não encontra um adversário estruturado que a enfrente. Por mais importante que possa ser a tradição, parece fácil questionar um procedimento que, diante de tantos problemas, somente se sustenta nesse pilar.

Nossa proposta é construir um adversário para a imagem de que a Corte sempre decidiu assim. Como dito, não se trata de um adversário normativo – uma visão concorrente de como a jurisdição constitucional deve se legitimar e se deliberar melhor é a chave para isso. O que se pretende é, de um lado, aprofundar a prática do Tribunal para entender a sua fragmentação, e, de outro, mostrar que há razões que sustentam o modo como os ministros decidem e que agiram e continuam a agir como uma força contrária a mudanças. Espera-se que essa articulação seja capaz de levar a discussão para um outro patamar, não apenas descritivo, mas também normativo. A crítica deliberativista, simbolizada pela metáfora das “onze ilhas”, deverá poder, nesse segundo momento, responder descritivamente e normativamente a esse adversário.

Qual seria esse oponente e como construí-lo? Para responder a essa questão, restringimos a discussão a uma parte da crítica das “onze ilhas”: a construção e a apresentação de acórdãos não deliberativos. Nossa proposta parte da observação da prática histórica do Tribunal para tentar compreender o seu sentido e quais razões justificam e foram usadas para justificar o seu formato atual. Contra os ataques de que as decisões do STF são um “somatório de onze votos”, esperamos entender de onde veio o modelo e como é possível sustentar a sua manutenção.

Nessa linha, a literatura já oferece uma série de hipóteses de justificativas da prática.² Um modelo de agregação (somatória) de votos poderia ser justificado com base: a) na grande carga de trabalho do Tribunal, que o teria conduzido a eliminar etapas do processo de elaboração de acórdãos e modificar regras para agilizar a elaboração dos documentos em detrimento de interações coletivas; b) na ausência de uma cultura de respeito a precedentes ou, numa versão mais fraca, à importância atribuída aos precedentes individuais em detrimento dos coletivos; c) na manutenção do papel de Corte recursal e suas implicações para os acórdãos; d) na manutenção de uma ideia de legitimação do Tribunal que não contribuiu para a mudança; e) na visão sobre os destinatários dos acórdãos; f) na busca por favorecer a autoridade individual em detrimento da autoridade institucional, por meio do destaque aos julgadores e não ao órgão julgador.

Nossa pesquisa também permite refinar a aplicação da metáfora das “onze ilhas” para o processo decisório do STF. No tocante ao processo de elaboração do texto, a imagem compete com a visão do Tribunal como “onze fábricas” e ao fato de que cada gabinete deve dar conta de produzir um conjunto de textos escritos em série. No tocante à estrutura do documento, a metáfora fornece uma representação incompleta da natureza das partes que compõem o acórdão e das suas diferentes funções. Nenhum dos diagnósticos é propriamente novo, como se verá, mas a apresentação deles como um adversário articulado e justificado é o que confere a originalidade e a contribuição teórica e prática da tese.

Ao final da pesquisa, identifica-se que o modelo agregativo de acórdãos se sustentou a partir de três justificativas: a) a produtividade; b) a publicidade; e c) a o potencial deliberativo. A evolução histórica do procedimento, no entanto, demonstra a hegemonia da justificativa da produtividade sobre as demais, especialmente a do potencial deliberativo do procedimento, que é sobrepujada por uma lógica de eficiência, eficácia e celeridade burocrática. Especificamente, a produtividade é o principal pilar das “onze fábricas”, enquanto a publicidade é o principal pilar da estrutura dos acórdãos. Residualmente, encontramos razões provenientes de visões de legitimidade da jurisdição constitucional e da mudança da posição institucional da Corte.

² Em geral, as hipóteses seguem argumentos sobre vantagens e desvantagens do modelo agregativo de decisões. Para um panorama, cf. KOATZ, 2015, p. 69–72, 82; VALE, 2015, p. 116–125.

Esta tese se estrutura em quatro capítulos, além desta introdução. No Capítulo 2, apresentamos o contexto teórico e fático em que se insere o trabalho. A seção situa nosso argumento no debate, apresentando as críticas ao processo decisório do STF e a aceitação da tradição como fator para a manutenção de práticas inadequadas. Em seguida, detalha a proposta de construção de um adversário para ela, identificando a carência dessa construção na atual comunidade acadêmica. Finalmente, ela assenta as premissas metodológicas de nosso pensamento, argumentando em favor do abandono de uma abordagem típica do “velho institucionalismo”, que examina as práticas a partir das normas jurídicas positivadas (instituições formais), para um “novo institucionalismo”, que inclui regras informais, rotinas e, para alguns autores, aspectos culturais.

O Capítulo 3 tem por objetivo apresentar a primeira etapa do nosso raciocínio: uma descrição da prática e a atribuição de um sentido para ela. Por meio de uma reconstrução histórica dos procedimentos de construção das decisões e da forma de apresentação dos acórdãos, argumentamos que o momento de redação dos julgados se caracteriza por ser subsidiário e dependente do momento de decisão em sessão plenária. A trajetória dos procedimentos é marcada pela supressão de etapas no processo e por um movimento de burocratização da atividade, cada vez mais delegada para a burocracia auxiliar do Tribunal. Os acórdãos, por sua vez, se notabilizam por reproduzir a dinâmica decisória no Plenário.

O Capítulo 4 procede à segunda etapa do nosso raciocínio: a identificação de justificativas que sustentam a prática e sua análise. Ele apresenta as três razões que sustentaram o modelo atual de elaboração e apresentação dos acórdãos no STF. Em primeiro lugar, o eixo da produtividade, resultante do permanente diagnóstico de crise do Tribunal e da visão de que a adaptação dos métodos de trabalho poderia ser uma solução para ela. Em segundo lugar, o eixo da publicidade e transparência, resultante da visão, reforçada pela Constituição de 1988, de que a construção e a apresentação da decisão coletiva deve se dar publicamente. Finalmente, o eixo do potencial deliberativo, resultante da expectativa de que o modelo promoveria mais discussões entre os ministros e, conseqüentemente, melhoraria a qualidade das decisões. A seção termina com o argumento de que a primeira razão se tornou hegemônica sobre as demais, não apenas orientando a trajetória de desenvolvimento da prática, mas também oferecendo uma resistência a possíveis caminhos alternativos.

O Capítulo 5 apresenta as contribuições teóricas e práticas dessas construções. Teoricamente, argumentamos que eles são importantes para situar o modelo do STF em relação à literatura estrangeira, aprofundar o debate em torno das “onze ilhas” e acrescentar um elemento à discussão sobre legitimidade da jurisdição constitucional brasileira. Pragmaticamente, argumentamos que, conquanto a literatura enfoque soluções para o eixo deliberação, seria possível pensar em mudanças que aprofundassem a trajetória da prática em qualquer uma das três vertentes (produtividade, publicidade e deliberação). Isso parte de uma ideia de função do acórdão que não parece definida na prática do STF, mas que deverá ser fixada nos próximos anos por conta de pressões internas e externas.

Em conclusão, esperamos que a montagem dessa narrativa histórica, ao menos no debate sobre construção e apresentação dos acórdãos, signifique uma etapa importante na discussão sobre processo decisório do Supremo, permitindo questionamentos mais relevantes sobre a descrição que fazemos da prática e do que almejamos para o Tribunal, quais valores perseguimos e como vemos seu papel institucional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese foi concebida a partir de uma inquietação com uma série de afirmações na literatura sobre a inércia como fator de manutenção das práticas decisórias do Supremo Tribunal Federal. Da forma como o argumento era apresentado, o processo decisório do Tribunal se tornou um alvo fácil de críticas, enxergado como algo irracional, irrefletido e inadequado. Diante desse diagnóstico, não se encontrava na literatura um adversário estruturado para fazer frente a ataques como o de que os ministros agem como “onze ilhas” ou de que seus acórdãos são uma “somatória de onze votos”.

A hipótese não parecia plausível por dois motivos principais. Primeiro, porque os ministros constantemente opinam sobre o que acham melhor para o processo decisório do STF, seja na mídia, seja em trabalhos acadêmicos, seja em entrevistas de pesquisa. Segundo, porque é difícil que essas mesmas críticas já não tivessem sido feitas antes e esses embates não tivessem sido travados dentro do próprio Tribunal, quando das suas mudanças regimentais (instituições formais).

Ao contrário, parecia mais adequado, observando o processo decisório pelas lentes da literatura sobre manutenção e mudança das instituições, considerar que o desenvolvimento institucional do processo decisório na Corte era marcado por uma continuidade dinâmica. Ela se originaria, de um lado, da hegemonia de alguns atores que defendiam o modelo e, de outro lado, da incapacidade de outros atores de desestabilizarem esse modelo, seja pela sua substituição, seja por meio da aplicação dessas instituições na prática.

A tese procurou fazer uma reconstrução histórica da prática com foco no processo de redação e na estrutura dos acórdãos. A trajetória pode ser basicamente separada em dois períodos de relativa continuidade e uma ruptura. O primeiro período de continuidade perdurou durante a Primeira República e se caracterizou por um processo de redação com uma etapa própria de escrita e apresentação dos acórdãos – um modelo no qual o Tribunal apresentava uma decisão

institucional para o público. A ruptura ocorreu em 1931, resultado do alinhamento de forças entre o Governo Provisório que acabava de derrubar o regime e um grupo de ministros que enxergava nos métodos de trabalho uma solução para resolver a chamada “crise do Supremo Tribunal Federal”. A mudança se assentou durante a década de 1930, um período de grandes mudanças no Tribunal, nos Poderes do Estado e na sociedade brasileira. Abriu-se, naquele momento, duas possibilidades de caminho institucional. Contudo, o aumento exponencial do volume de trabalho ao longo das duas décadas seguintes levou a Corte a consolidar uma opção pela produtividade, com reflexos para a produção das decisões. Um primeiro momento de inflexão dessa trajetória ocorreu na década de 1960 com a expansão do quadro de pessoal, que era em 1970 mais de 1.000% maior do que era no início do Tribunal. A partir desse momento, o trabalho começou a se tornar cada vez mais burocrático. O momento de redação da decisão esvaziou-se, tornando-se uma atividade mais de editoração do que de tomada de decisão. Um segundo momento de inflexão ocorreu a partir da década de 2000 com a adoção dos sistemas informatizados. Essa inovação não apenas possibilitou a redução dos deslocamentos processuais observada nos anos seguintes, como consolidou a burocracia auxiliar do Tribunal como uma das principais responsáveis pela estrutura e redação dos acórdãos. A Resolução n. 536/14, que possibilitou a publicação de acórdãos sem revisão de nenhum ministro, é o ponto culminante dessa trajetória. A justificativa da produtividade foi, então, a principal razão oferecida pelos atores para as mudanças e os aperfeiçoamentos institucionais.

Contudo, ela não agiu sozinha. Ao lado dela, na origem do marco institucional vigente hoje, havia duas outras razões que recomendavam a mudança e a adoção de novos métodos de trabalho. A primeira é a publicidade. No início, essa pauta era menos importante, inclusive por conta das limitações tecnológicas, o que ocasionava falhas de registro e, portanto, erros que eram denunciados pelos ministros que não aceitavam a taquigrafia. Ressalta-se que, embora os debates pudessem ser registrados, a Corte era muito fechada para o público externo. Ainda assim, observa-se uma grande preocupação dos servidores em demonstrarem a fidelidade do seu trabalho. A pauta da publicidade avançou, primeiro, com o avanço da tecnologia, que proporcionou melhores condições para os servidores, e, segundo, com o advento da Constituição de

1988, que, em seu art. 93, IX, contemplou fortemente o valor da transparência no processo decisório dos tribunais. O surgimento da TV Justiça e de outros meios de transmissão das sessões exacerbou, porém, uma distinção entre concepções de publicidade que havia ficado latente até então – de um lado, a publicidade enquanto apresentação do processo decisório coletivo; de outro, a publicidade enquanto apresentação de razões claras. A partir do televisionamento, passou a haver uma sobreposição de funções entre esses veículos e o acórdão escrito.

A outra razão é a deliberação. A mudança para um modelo de redação das decisões baseado na agregação de notas taquigráficas também tinha por objetivo melhorar as discussões no Tribunal, consideradas não apenas como debates intermináveis em torno de teses acadêmicas, mas, principalmente, conversas muito centradas em votos escritos – que depois serviriam para a redação da decisão final. Esperava-se que os ministros se sentissem mais à vontade para votarem livremente, no improviso, com poucas anotações. E, de fato, foi isso que aconteceu no início. O que a história mostra, no entanto, é que a pauta da deliberação foi sobrepujada pela pauta da produtividade – especialmente depois da burocratização da Corte na década de 1960.

Em conjunto, as normas formais, as normas informais e as rotinas de trabalho, orientadas por essas justificativas, conferiram um sentido para a prática que é bem diferente do que a literatura aponta para a fase pós-decisória. No STF, esta etapa do processo decisório seria apenas mais uma etapa burocrática e estaria subordinada à fase decisória. Com a fragmentação do Plenário, a fragmentação dos acórdãos se tornou uma consequência direta.

Essa trajetória permite construir um adversário para o argumento da tradição como inércia. Os procedimentos no STF têm uma razão de ser e um sentido. Eles são uma tentativa de responder, por mudanças nos métodos de trabalho, a uma crise contra a qual os membros da Corte se confrontam desde o início do século XX. Eles não permaneceram os mesmos durante os últimos 90 anos, mas foram sendo alterados, de maneira incremental, a partir de pequenas decisões que procuraram, de um lado, reduzir trabalho, e, de outro, delegar tarefas. É assim que, nesse período, somente “votos fundamentados” passaram a ser juntados aos acórdãos, somente o ministro relator passou a assinar a ementa e a parte dispositiva, e o sistema possibilitou que os documentos fossem editados por todos os ministros.

Não pretendemos afirmar que a literatura ignora as razões apresentadas aqui e a sua importância para a trajetória do desenvolvimento dessas instituições. As vantagens e desvantagens do modelo agregativo (ou *seriatim*) de redação e apresentação de acórdãos são conhecidas, inclusive no tocante à sua influência sobre tamanho e fragmentação dos documentos. Todos os autores enxergam na carga de trabalho um inimigo a ser combatido para que o STF possa decidir por procedimentos diferentes.

No entanto, levadas mais a sério, as justificativas e o sentido da prática oferecem perguntas muito mais provocativas aos críticos do processo decisório: eles podem discutir os casos o máximo que puder e ignorar o problema da carga de trabalho? É possível discutir legitimidade a partir de desempenho deliberativo sem discutir legitimidade a partir das capacidades materiais do órgão? Se não é possível abandonar valores igualmente importantes como a produtividade e a publicidade, como conciliá-los com a deliberação? Quais soluções permitem fomentá-los ao mesmo tempo e de maneira ótima?

A esse respeito, optamos por um caminho pragmático. Levando em consideração que a burocracia ocupa uma posição-chave na fase pós-decisória, optamos por reforçar o seu papel na estruturação dos acórdãos. Se não é possível acrescentar um momento de elaboração de uma parte institucional para o acórdão, é possível organizá-lo de uma maneira mais racional. A divisão entre votos de um lado, e ata de audiência de outro contribui para concentrar votos que ficam dispersos no documento. A disposição dos votos a partir de uma lógica de resultado e de fundamentos, não de uma lógica argumentativa, favorece a comparação das razões de decidir ainda que não haja uma posição institucional. Tudo isso sem grandes acréscimos de trabalho aos gabinetes e aproveitando práticas já utilizadas no Tribunal. Com a opção de não juntar transcrições de debates e até mesmo votos orais aos acórdãos, com a remissão às gravações das sessões e com a padronização de respostas a partir, por exemplo, das categorias já utilizadas no Plenário Virtual, essas propostas alinham-se com a história do processo decisório do STF.

Além das contribuições práticas, este trabalho pretendeu oferecer contribuições teóricas. Em primeiro lugar, ele amplia a ideia de fases do processo decisório, muito utilizada pela literatura sobre o tema. Essas fases podem envolver mais tarefas, mais atores e mais valores do que

se aponta no debate. Mais do que isso, os vícios de uma fase podem contaminar diretamente outra, assim como as virtudes de um momento podem ser transmitidas diretamente para outro, quando uma fase for subsidiária a outra. Em segundo lugar, a metáfora das “onze ilhas”, como descrição da realidade, pode ser refinada. De um lado, o que se tem são “onze fábricas”, um conjunto de Gabinetes que se engajam num trabalho intenso de produção de decisões; de outro, o que se tem é um acórdão que não apresenta apenas “ilhas”, mas conta uma história sobre como foi navegar por elas, contendo relatos de diferentes naturezas. Em terceiro lugar, o uso de categorias estrangeiras construídas com base em decisões estruturadas diferentemente deve ser visto com cautela. O modelo *seriatim* brasileiro é mais complexo e permeável do que outros modelos de outros tribunais. Finalmente, cabe uma discussão sobre quais as visões de legitimidade que subjazem a crítica e o seu adversário. As justificativas da produtividade e da publicidade podem partir de fundamentos de legitimidade muito diferentes da justificativa da deliberação. No final, se o respeito à autoridade da Corte provém não da deliberação, mas de aplicar corretamente o ordenamento jurídico, as pessoas se interessam mais em obter um resultado do que saber como ele foi construído – se por consenso, votação etc. Se a legitimidade advém do contato com o Tribunal, então a deliberação externa e a transparência excessiva podem aumentá-la, e não a diminuir. Se os ministros se legitimam por incorporar o direito na sua decisão, então um modelo que apresenta várias formas de incorporar razões ao acórdão pode ser mais aceito.

E para onde seguir a partir dos resultados desta tese? Uma primeira agenda de pesquisa é continuar o debate em torno da deliberação no STF e da crítica das “onze ilhas”. Nossa contribuição é pequena e se circunscreve à ideia de tradição como inércia, que torna o adversário das “onze ilhas” débil e as propostas de solução menores, quase autoevidentes. Nessa linha, também pode ser conveniente uma discussão normativa que oponha outros valores à deliberação, como a publicidade e produtividade. Para que essa discussão não recaia no academicismo, ela deve vir acompanhada de critérios e propostas para o balanceamento desses valores quando contrapostos e da aplicação desses parâmetros para o desenho institucional.

Outra agenda de pesquisa é histórica. Apresentamos uma narrativa que mostra um movimento pendular dirigido por uma necessidade – gerenciar a carga de trabalho. De um lado do

pêndulo, atores que se posicionaram a favor da redução da quantidade de processos que chegavam ao Tribunal; de outro, atores que julgavam importante a manutenção das competências e enxergavam nos métodos de trabalho uma fonte de problemas. Seria conveniente enfatizar períodos históricos específicos. No caso do processo de elaboração e apresentação dos acórdãos, o estudo das mudanças na prática teria como principais marcos 1931, 1968, 2000 e 2014, datas em que foram identificadas relevantes alterações em procedimentos e na estrutura do STF. O estudo da continuidade dinâmica teria como principais marcos 1891, o final da década de 1920 e as décadas de 1940 e 1950.

Outra agenda de pesquisa é empírica. Esperamos que o método apresentado nesta tese possa ser replicado para outros períodos, outras classes processuais e até outros tribunais. Identificar as partes integrantes de um documento pode ser muito útil para a compreensão da jurisdição constitucional como um todo, especialmente dos comportamentos de quem decide. A análise documental, especialmente das versões originais dos documentos, poderá se provar uma forma interessante de reconhecer as práticas decisórias dos vários Supremos ao longo de sua história e hoje.

Uma última agenda de pesquisa é pragmática. Quais soluções podem aprimorar o funcionamento do Supremo Tribunal Federal? Com esta tese se pretendeu apresentar soluções que não fomentem apenas um ideal normativo de legitimidade e fomentem a concretização de tarefas a ele associado. A proposta foi alimentar a própria prática do Tribunal, com vistas a possibilitar, num segundo momento, um desenho institucional mais livre das amarras da sobrecarga de trabalho. Para subsidiar essa agenda pragmática, seria conveniente que se realizassem pesquisas não apenas sobre o que o processo decisório do órgão deve ser, mas sobre como ele vem sendo executado, quais os seus números, como é a sua produtividade e onde se situam os gargalos.

Em síntese, é difícil afirmar que o STF esteja sendo bem-sucedido em todas essas propostas ao se verificar na história pelo menos três momentos de “reforma do STF” (década de 1930, década de 1960 e década de 2000). Contudo, o fato de a Corte não ter colapsado funcionalmente apesar da crescente quantidade de processos demonstra que algum sucesso ela teve

em conseguir gerenciar essa carga de trabalho. Nesse sentido, talvez ela tenha sido vítima da própria competência: por conseguir lidar com a sobrecarga ao alterar os seus métodos de trabalho, valorizando a delegação de tarefas, a concentração de etapas decisórias e a individualização da decisão, uma solução que reduzisse as suas competências e a transformasse em um Tribunal dedicado apenas à jurisdição constitucional nunca chegou a ser tentada seriamente. Hoje, a solução vitoriosa para reduzir a quantidade de ações e recursos protocolados no órgão é aprofundar a “supremocracia” sobre o Poder Judiciário, ou seja, aumentar a vinculação dos juízes às decisões do STF. Essa talvez tenha sido a primeira vez, então, em que a resposta para a crise do STF tenha conflitado com seus métodos de trabalho e os problemas do excesso de fragmentação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

22ª Sessão em 18 de maio de 1907. *O Direito: revista de legislação, doutrina e jurisprudência*, v. 104, n. 35, dez. 1907.

26ª Sessão em 28 de maio de 1904. *O Direito: revista de legislação, doutrina e jurisprudência*, v. 94, n. 32, 1904.

ALBUQUERQUE, A. Pires E. *Culpa e Castigo de um Magistrado*. Rio de Janeiro: Pap. Cruzeiro, 1931.

ALENCAR, Ana Valderez Ayres Neves De. A Corte Suprema - Sesquicentenário do Supremo Tribunal Federal. *Revista de Informação Legislativa*, v. 15, n. 59, p. 209–278, set. 1978.

ALMEIDA, Danilo dos Santos. *As Razões Ocultas do Supremo Tribunal Federal: Um estudo sobre agenciamento de grupo na Corte*. 2016. 155 f. Tese de doutorado – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=27851@2>.

ALMEIDA, Danilo dos Santos; BOGOSSIAN, André Martins. *É possível falar em precedente “do Supremo”?* JOTA. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.jota.info/stf/supra/e-possivel-falar-em-precedente-supremo-05082016>>. Acesso em: 14 set. 2019a. , 5 ago. 2016

_____. "Nos Termos do Voto do Relator": considerações acerca da fundamentação coletiva nos acórdãos do STF. *REI - Revista Estudos Institucionais*, v. 2, n. 1, p. 263–297, 31 jul. 2016b.

_____. O Delegacionismo no STF: Uma tréplica a Virgílio Afonso da Silva. *REI - REVISTA ESTUDOS INSTITUCIONAIS*, v. 3, n. 2, p. 1393–1422, 2017.

ALVES, José Carlos Moreira. O STF no período de minha judicatura: 1975 a 2003. *Revista forense*, v. 400, p. 607–615, dez. 2008.

ANDENAS, Mads; FAIRGRIEVE, Duncan. Simply a Matter of Style? Comparing Judicial Decisions. *European Business Law Review*, v. 25, n. 3, p. 361–387, 2014.

ANDREWS, Neil H. *The Supreme Court of the United Kingdom and English Court Judgements*. SSRN Scholarly Paper, nº ID 2399103. Rochester, NY: Social Science Research Network, 3 fev. 2014. Disponível em: <<https://papers.ssrn.com/abstract=2399103>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

ARGUELHES, Diego Werneck. Poder não é querer: preferências restritivas e redesenho institucional no Supremo Tribunal Federal pós-democratização. *Universitas Jus*, v. 25, n. 1, p. 25–45, 25 jun. 2014.

ARGUELHES, Diego Werneck; HARTMANN, Ivar Alberto. *Transparência interrompida. Os Constitucionalistas*. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <<http://www.osconstitucionalistas.com.br/transparencia-interrompida>>. Acesso em: 8 jan. 2017. , 14 set. 2012

ARGUELHES, Diego Werneck; LEAL, Fernando. O argumento das “capacidades institucionais” entre a banalidade, a redundância e o absurdo. *Revista Direito, Estado e Sociedade*, v. 0, n. 38, 1 set. 2014. Disponível em: <<http://www.jur.puc-rio.br/revistades/index.php/revistades/article/view/184>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

ARGUELHES, Diego Werneck; RECONDO, Felipe. Onze Supremos e Votos Vencidos: dois fenômenos distintos. In: FALCÃO, JOAQUIM *et al.* (Org.). . *O Supremo Tribunal Criminal: o supremo em 2017*. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2018. p. 79–82.

ARGUELHES, Diego Werneck; RIBEIRO, Leandro Molhano. O Supremo Individual: mecanismos de atuação direta dos Ministros sobre o processo político. *Revista Direito, Estado e Sociedade*, n. 46, p. 121–155, jun. 2015.

_____. *Quando a unanimidade não esclarece. Os Constitucionalistas*. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <<http://www.osconstitucionalistas.com.br/quando-a-unanimidade-nao-esclarece>>. Acesso em: 8 jan. 2017. , 3 jul. 2012

Ata da 101^a Sessão, de 17 de setembro de 1931. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 set. 1934. , p. 22.

BALEEIRO, Aliomar. *Ministro Oswaldo Trigueiro - Discurso proferido no STF, a 19-2-1975, por motivo de sua aposentadoria*. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 1975.

_____. O Supremo Tribunal Federal. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 34, p. 9–47, jul. 1972.

_____. *O Supremo Tribunal Federal, êsse outro desconhecido*. 1. ed.-- ed. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. O Supremo Tribunal Federal, como Corte Constitucional e Tribunal da Federação. *Revista Jurídica Lemi*, v. 11, n. 133, p. 1–38, dez. 1978.

BARBOSA, Samuel. O mal-estar no Supremo. *Novos Estudos - CEBRAP*, v. 37, n. 1, p. 9–11, abr. 2018.

BARDIN, Lawrence. *Análise de conteúdo*. Tradução Luís Antero Reto. 1^a ed. 3^a reimp. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROSO, Luís Roberto. *O novo direito constitucional brasileiro: contribuições para a construção teórica e prática da jurisdição constitucional no Brasil*. 2ª reimpressão ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2013.

_____. *Um Outro País: Transformações no Direito, na Ética e na Agenda do Brasil*. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

BARROSO, Luís Roberto; MELLO, Patrícia Perrone Campos. Modelo decisório do Supremo Tribunal Federal e duas sugestões de mudança. In: BARROSO, LUÍS ROBERTO. *Prudências, ousadias e mudanças necessárias no STF*. [S.l.]: Consultor Jurídico, 2010. . Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2010-dez-28/retrospectiva-2010-prudencias-ousadias-mudancas-necessarias-stf>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

BASILE, Juliano. Temas polêmicos e sucessão marcam ano do Supremo. *Valor Econômico*, 1 fev. 2010. Brasil, p. A3.

BAUM, Lawrence. *A Suprema Corte americana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

_____. What Judges Want: Judges' Goals and Judicial Behavior. *Political Research Quarterly*, v. 47, n. 3, p. 749, set. 1994.

BLACK, Ryan C.; SPRIGGS, James F. II. An Empirical Analysis of the Length of U.S. Supreme Court Opinions. *Houston Law Review*, v. 45, p. 621–682, 2009 2008.

BOZZO, Peter. The Jurisprudence of as Though: Democratic Dialogue and the Signed Supreme Court Opinion. *Yale Journal of Law & the Humanities*, v. 26, p. 269–300, 2014.

BRASIL. *Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.029/DF. Min. Luiz Fux*. [S.l: s.n.]. , 8 mar. 2012

_____. *Collecção das leis do Império do Brazil de 1889 - Parte I, Tomo XXXVI - Parte II, Tomo LII*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. v. I.

_____. *Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário n. 100.242/MS. Min. Octavio Gallotti*. [S.l: s.n.]. , 7 jun. 1988

_____. *Proposta de Súmula Vinculante n. 57*. . [S.l: s.n.]. , 29 jun. 2016

_____. *Reclamação n. 9.428/DF. Min. Cezar Peluso*. [S.l: s.n.]. , 10 dez. 2009

BRENNER, Saul. Reassigning the Majority Opinion On the United States Supreme Court. *The Justice System Journal*, v. 11, n. 2, p. 186–195, 1986.

BRENNER, Saul; SPAETH, Harold J. Majority Opinion Assignments and the Maintenance of the Original Coalition on the Warren Court. *American Journal of Political Science*, v. 32, n. 1, p. 72–81, 1988.

BRÍGIDO, Carolina. Como nasce uma sentença no STF. *Revista Época*, 15 fev. 2019. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/como-nasce-uma-sentenca-no-stf-23453182>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

BUZAID, Alfredo. A crise no Supremo Tribunal Federal. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, v. 55, p. 327–372, 1 jan. 1960.

CAMARGO, Margarida Lacombe; ROSAS, Roberto. O Supremo Tribunal Federal - aspectos históricos. In: O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA HISTÓRIA REPUBLICANA, 13 nov. 2002, Brasília. *Anais...* Brasília: Ajufe, 13 nov. 2002. p. 315–390.

CANI, Julia Wand-Del-Rey. Supremo: Um tribunal (só) de teses? In: FALCÃO, JOAQUIM; ARGUELHES, DIEGO WERNECK; RECONDO, FELIPE (Org.). *Onze supremos: o supremo em 2016*. Belo Horizonte: Letramento: Casa do Direito: Supra: Jota: FGV Rio, 2017. p. 113–115. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/17959>>. Acesso em: 7 mar. 2017.

CANTISANO, Pedro Jimenez; PEREIRA, Thomaz Henrique; MOHALLEM, Michael Freitas. *História Oral do Supremo [1988-2013] - Marco Aurélio*. [S.l.]: FGV Direito Rio, 2017. v. 18. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/19136>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

CARLSON, Keith; LIVERMORE, Michael A.; ROCKMORE, Daniel. *A Quantitative Analysis of Writing Style on the U.S. Supreme Court*. SSRN Scholarly Paper, nº ID 2554516. Rochester, NY: Social Science Research Network, 25 jun. 2015. Disponível em: <<https://papers.ssrn.com/abstract=2554516>>. Acesso em: 8 jan. 2017.

CARNEIRO, Levi Fernandes. Ainda a crise do Supremo Tribunal Federal. *Arquivos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores*, v. 1, n. 2, p. 1–26, ago. 1943.

_____. *Do Judiciário Federal*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1916.

_____. *Pareceres do Consultor Geral da República*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco, 1953.

CARVALHO, Luiz Maklounf. Data Venia, o Supremo - Como funciona e o que acontece no STF. *Revista Piauí*, n. 47, ago. 2010a. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/data-venia-o-supremo/>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

_____. O Supremo, Quosque Tandem? A indicação dos juízes, os pedidos de vistas, os conflitos de interesse, o ativismo e as disputas entre ministros – a agenda de dificuldades do STF.

Revista Piauí, n. 48, set. 2010b. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-supremo-quousque-tandem/>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

CHOI, Stephen J.; GULATI, G. Mitu. Which Judges Write Their Opinions (and Should We Care) Symposium: Empirical Measures of Judicial Performance. *Florida State University Law Review*, v. 32, p. 1077–1122, 2005 2004.

CLARK, Tom; GANDHI, Jennifer. Studying institutions. In: GANDHI, JENNIFER (Org.). . *Routledge handbook of comparative political institutions*. Milton Park, Abingdon, Oxon ; New York, NY: Routledge, 2015. p. 31–42.

CLAYTON, Cornell W.; GILLMAN, Howard (Org.). *Supreme Court decision-making: new institutional approaches*. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

CONSULTOR JURÍDICO. *Superexposição contamina julgamentos no STF, diz Barbosa*. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-jan-25/superexposicao-contamina-julgamentos-stf-joaquim-barbosa>>. Acesso em: 9 jan. 2017.

CORLEY, Pamela C. *Concurring opinion writing on the U.S. Supreme Court*. Albany, N.Y: SUNY Press, 2010. (SUNY series in American constitutionalism).

CORREIA NETO, Celso de Barros. *Como funcionam os julgamentos virtuais no Supremo? Consultor Jurídico*. [S.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-mar-17/observatorio-constitucional-funcionam-julgamentos-virtuais-stf>>. Acesso em: 9 maio 2019. , 17 mar. 2018

COSTA, Emília Viotti Da. *O Supremo Tribunal Federal e a construção da cidadania*. 2a ed. rev ed. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2006.

COSTA, Edgard. A Crise do Supremo Tribunal Federal. *Archivo Judiciario*, v. 113, p. 11–12, 1955.

D'ANGELO, Ana. *Decisões do STF permanecem na gaveta à espera de publicação de acórdão*. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/03/17/interna_politica,508560/deciso-es-do-stf-permanecem-na-gaveta-a-espera-de-publicacao-de-acordao.shtml>. Acesso em: 9 maio 2019.

DEL RÍO, Andrés. La era Vargas y la trayectoria del Supremo Tribunal Federal de Brasil: un análisis histórico institucional 1930-1945. *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, v. 7, n. 2, p. 298–320, 31 maio 2015.

DELSON, B. Rudolph. Typography in the U.S. Reports and Supreme Court Voting Protocols. *New York University Law Review*, v. 76, p. 1203–1232, 2001.

DIREITO, Gustavo. O Supremo Tribunal Federal-uma breve análise da sua criação. *Revista de Direito Administrativo*, v. 260, p. 255–282, 2012.

DOMNARSKI, William. *In the opinion of the court*. Urbana: University of Illinois Press, 1996.

DWORKIN, Ronald. *O império do direito*. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2007.

EPSTEIN, Lee; SEGAL, Jeffrey A.; SPAETH, Harold J. The Norm of Consensus on the U.S. Supreme Court. *American Journal of Political Science*, v. 45, n. 2, p. 362–377, 2001.

ESTEVES, Luiz Fernando Gomes. Supremo: um Tribunal aparentemente eficiente? In: FALCÃO, JOAQUIM; ARGUELHES, DIEGO WERNECK; RECONDO, FELIPE (Org.). *Onze supremos: o supremo em 2016*. Belo Horizonte: Letramento: Casa do Direito: Supra: Jota: FGV Rio, 2017. p. 80–81. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/17959>>. Acesso em: 7 mar. 2017.

FAGUNDES, M. Seabra. A Reforma do Poder Judiciário e a Reestruturação do Supremo Tribunal Federal. *Revista Forense*, v. 215, n. 62, p. 5–12, 1966.

FALCÃO, Djaci. O Poder Judiciário e a Conjuntura Nacional. *Revista de Direito Administrativo*, v. 123, p. 1–25, mar. 1976.

_____. Uma visão do Supremo Tribunal Federal. *Justitia*, v. 96, p. 195–202, 1977.

FALCÃO, Joaquim; ARGUELHES, Diego Werneck. Onze Supremos: todos contra o Plenário. In: FALCÃO, JOAQUIM; ARGUELHES, DIEGO WERNECK; RECONDO, FELIPE (Org.). *Onze supremos: o supremo em 2016*. Belo Horizonte: Letramento: Casa do Direito: Supra: Jota: FGV Rio, 2017. p. 20–28. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/17959>>. Acesso em: 7 mar. 2017.

FALCÃO, Joaquim; ARGUELHES, Diego Wernerck; RECONDO, Felipe. *Onze supremos: o supremo em 2016*. Belo Horizonte: Letramento: Casa do Direito: Supra: Jota: FGV Rio, 2017. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/17959>>. Acesso em: 7 mar. 2017.

FALCÃO, Joaquim; HARTMANN, Ivar A.; CHAVES, Vitor P. *III Relatório Supremo em Números: o Supremo e o Tempo*. Report. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 26 set. 2014. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/12055>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

FALCÃO, Joaquim; OLIVEIRA, Fabiana Luci De. O STF e a agenda pública nacional: de outro desconhecido a supremo protagonista? *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 88, p. 429–469, 2013.

FEREJOHN, John; PASQUINO, Pasquale. Constitutional Adjudication: Lessons from Europe. *Texas Law Review*, v. 82, p. 1671–1704, 2004 2003.

FERGUSON, Robert. The Judicial Opinion as Literary Genre. *Yale Journal of Law & the Humanities*, v. 2, n. 1, 22 mar. 2013. Disponível em: <<http://digitalcommons.law.yale.edu/yjlh/vol2/iss1/15>>.

FERREIRA, Carolina Cutrupi; LANGENEGGER, Natalia; SILVA, Marina Jacob Lopes Da. Construção de ementas das decisões do Supremo Tribunal Federal (Elaboration of the Syllabus of the Brazilian Supreme Court's Decisions). *FGV Direito SP Research Paper Series n. 125*, jun. 2015. Disponível em: <<https://papers.ssrn.com/abstract=2623294>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

FERREIRA, Carolina Cutrupi; LOPES, Marina Jacob; LANGENEGGER, Natalia. Ementas como reflexo do acórdão? In: DIMOULIS, DIMITRI; CUNHA, LUCIANA GROSS; RAMOS, LUCIANA DE OLIVEIRA (Org.). *O Supremo Tribunal Federal para além das ações diretas de inconstitucionalidade*. São Paulo: Direito GV, 2014. p. 65–87.

FIORETOS, Orfeo; FALLETI, Tulia G.; SHEINGATE, Adam. Historical Institutionalism in Political Science. 17 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199662814.001.0001/oxfordhb-9780199662814-e-1>>. Acesso em: 8 ago. 2017.

FLÔRES, Thompson. Sesquicentenário do Supremo Tribunal Federal. *Revista de Direito Administrativo*, v. 134, p. 246–259, dez. 1978.

FONSECA, Juliana Pondé. *Problemas estruturais do Judiciário Brasileiro: por um processo civil factível*. 2011. 170 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Curitiba, 2011.

FONTAINHA, Fernando de Castro *et al.* *História Oral do Supremo [1988-2013] - Dias Toffoli*. [S.l.]: FGV Direito Rio, 2017. v. 21. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/19139>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

FONTAINHA, Fernando de Castro *et al.* *História Oral do Supremo [1988-2013] - Nelson Jobim*. [S.l.]: FGV Direito Rio, 2015. v. 9. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/14145>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

FONTAINHA, Fernando de Castro; ALMEIDA, Fábio Ferraz De. *História Oral do Supremo [1988-2013] - Ilmar Galvão*. [S.l.]: FGV Direito Rio, 2016. v. 14. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/16736>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

FONTAINHA, Fernando de Castro; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme De; NUÑEZ, Izabel Saenger. *História Oral do Supremo [1988-2013] - Luiz Fux*. [S.l.]: FGV Direito Rio, 2016. v. 12. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/16734>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

FONTAINHA, Fernando de Castro; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme De; SANTOS, Carlos Victor Nascimento Dos. *História Oral do Supremo [1988-2013] - Luís Roberto Barroso*. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2016. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/16733>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

FONTAINHA, Fernando de Castro; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme De; SATO, Leonardo Seiichi Sasada. *História Oral do Supremo [1988-2013] - Sydney Sanches*. [S.l.]: FGV Direito Rio, 2015. v. 5. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13671>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

FONTAINHA, Fernando de Castro; PAULA, Christiane Jalles De; ALMEIDA, Fábio Ferraz De. *História Oral do Supremo [1988-2013] - Moreira Alves*. [S.l.]: FGV Direito Rio, 2016. v. 13. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/16735>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

FONTAINHA, Fernando de Castro; PAULA, Christiane Jalles De; NUÑEZ, Izabel Saenger. *História Oral do Supremo [1988-2013] - Carlos Velloso*. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2015. v. 7. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/14120>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

FONTAINHA, Fernando de Castro; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. *História Oral do Supremo [1988-2013] - Francisco Rezek*. [S.l.]: FGV Direito Rio, 2016. v. 15. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/16909>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

FONTAINHA, Fernando de Castro; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; ACCA, Thiago dos Santos. *História Oral do Supremo [1988-2013] - Eros Grau*. [S.l.]: FGV Direito Rio, 2015. v. 10. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/14167>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

FONTAINHA, Fernando de Castro; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; ALMEIDA, Fábio Ferraz De. *História Oral do Supremo [1988-2013] - Ayres Britto*. [S.l.]: FGV Direito Rio, 2017. v. 19. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/19137>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

FONTAINHA, Fernando de Castro; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; SATO, Leonardo Seiichi Sasada. *História Oral do Supremo [1988-2013] - Rafael Mayer*. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2015. v. 1. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13577>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

FONTAINHA, Fernando de Castro; SATO, Leonardo Seiichi Sasada. *História Oral do Supremo [1988-2013] - Aldir Passarinho*. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2015. v. 2. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13578>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

FONTAINHA, Fernando de Castro; SILVA, Angela Moreira Domingues Da; ALMEIDA, Fábio Ferraz De. *História Oral do Supremo [1988-2013] - Cezar Peluso*. Rio de Janeiro: FGV

Direito Rio, 2015. v. 4. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13670>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

FONTAINHA, Fernando de Castro; SILVA, Angela Moreira Domingues Da; GUIMARÃES, Fabrícia Corrêa. *História Oral do Supremo [1988-2013] - Célio Borja*. [S.l.]: FGV Direito Rio, 2015. v. 6. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/14121>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

FONTAINHA, Fernando de Castro; SILVA, Angela Moreira Domingues Da; NUÑEZ, Izabel Saenger. *História Oral do Supremo [1988-2013] - Sepúlveda Pertence*. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2015. v. 3. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13672>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

FONTAINHA, Fernando de Castro; SILVA, Angela Moreira Domingues Da; SANTOS, Carlos Victor Nascimento Dos. *História Oral do Supremo [1988-2013] - Néri da Silveira*. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2015. v. 8. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/14146>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

FONTAINHA, Fernando de Castro; VIEIRA, Oscar Vilhena; SATO, Leonardo Seiichi Sasada. *História Oral do Supremo [1988-2013] - Teori Zavascki*. [S.l.]: FGV Direito Rio, 2017. v. 16. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/18046>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

FORRESTER, Ray. Supreme Court Opinions--Style and Substance: An Appeal for Reform. *Hastings Law Journal*, v. 47, p. 167, 1996 1995.

FRIEDMAN, Barry. The Politics of Judicial Review. *Texas Law Review*, v. 84, p. 257, 2006 2005.

From Consensus to Collegiality: The Origins of the Respectful Dissent. *Harvard Law Review*, v. 124, p. 1305, 2011 2010.

GABINETE DO MINISTRO DIAS TOFFOLI. *Estatísticas do Ministro Dias Toffoli: Prestação Jurisdicional*. . Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/toffoli-assume-presidencia-stf-deixa.pdf>>. Acesso em: 9 maio 2019.

GALLUCCI, Mariângela. Somos 11 ilhas. Não somos amigos. *O Estadão de S. Paulo*, Cambridge, 2007. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,somos-11-ilhas-nao-somos-amigos,40170>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

GARCIA NETO, Paulo Macedo. O Judiciário no crepúsculo do Império (1871-1889). In: LOPES, JOSÉ REINALDO DE LIMA; PAYAR, ANDRÉ JAVIER (Org.). . *O Supremo Tribunal de Justiça do Império: 1828-1889*. Série Produção científica. Direito, desenvolvimento, justiça. São Paulo, SP: Editora Saraiva : Fundação Getulio Vargas, Direito GV, Escola de Direito de São Paulo, 2010. p. 105–138.

GINSBURG, Tom; VERSTEEG, Mila. *Why Do Countries Adopt Constitutional Review?* SSRN Scholarly Paper, nº ID 2319363. Rochester, NY: Social Science Research Network, 2 set. 2013. Disponível em: <<https://papers.ssrn.com/abstract=2319363>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

GOELZHAUSER, Greg. Silent Acquiescence on the Supreme Court. *Justice System Journal*, v. 36, n. 1, p. 3–19, 2 jan. 2015.

_____. Silent Concurrences. *Constitutional Commentary*, v. 31, p. 351, 2016.

GOUTAL, Jean Louis. Characteristics of Judicial Style in France, Britain and the U. S. A. *The American Journal of Comparative Law*, v. 24, n. 1, p. 43–72, 1976.

GREENER, Ian. The Potential of Path Dependence in Political Studies. *Politics*, v. 25, n. 1, p. 62–72, 1 fev. 2005.

GRESTA, Roberta Maia. Dever de Fundamentação no Modelo Decisório Seriatim: Sobre Acordos Parcialmente Teorizados e Desacordos quase Completamente não Teorizados. *Revista de Argumentação e Hermeneutica Jurídica*, v. 1, n. 2, p. 1–26, 20 out. 2016.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 58, p. 193–223, 2003.

HART, M. L. A. (Herbert Lionel Adolphus). *O Conceito de direito*. São Paulo (SP): WMF M. Fontes, 2009.

HENDERSON, M. From Seriatim to Consensus and Back Again: A Theory of Dissent. *John M. Olin Program in Law and Economics Working Paper No. 363*, p. 1–50, out. 2007.

HODGSON, Geoffrey M. What are institutions? *Journal of Economic Issues*, v. 40, n. 1, p. 1–26, 1 mar. 2006.

HORBACH, Carlos Bastide. *É preciso mais deliberação no Supremo Tribunal Federal?* Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2013-nov-17/analise-constitucional-preciso-deliberacao-supremo-tribunal-federal>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

IMMERGUT, Ellen M. Historical-Institutionalism in Political Science and the Problem of Change. *Understanding Change*. [S.l.]: Palgrave Macmillan, London, 2006. p. 237–259. Disponível em: <https://link.springer.com/chapter/10.1057/9780230524644_17>. Acesso em: 8 ago. 2017.

_____. The theoretical core of the new institutionalism. *Politics & Society*, v. 26, n. 1, p. 5–35, 1 mar. 1998.

JAY, Stewart; GERBER, Scott Douglas. Seriatim: The Supreme Court before John Marshall. *The William and Mary Quarterly*, v. 57, n. 1, p. 235, jan. 2000.

KLAFKE, Guilherme Forma. Os Acórdãos do STF como documentos de pesquisa e suas características distintivas. *FGV Direito SP Research Paper Series No. 132*, p. 1–30, 19 out. 2015.

_____. *Vícios no processo decisório do Supremo Tribunal Federal*. 2010. 173 f. Monografia de conclusão de curso – Sociedade Brasileira de Direito Público - sbdp, São Paulo, 2010.

KLAFKE, Guilherme Forma; PRETZEL, Bruna Romano. Processo Decisório no Supremo Tribunal Federal: aprofundando o diagnóstico das onze ilhas. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, v. 1, n. 1, 25 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.reedpesquisa.org/ojs-2.4.3/index.php/reed/article/view/8>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

KOATZ, Rafael Lorenzo-Fernandez. *Deliberação e Procedimento no STF: Uma proposta de reinvenção*. 2015. 418 f. Tese de doutorado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

KOELBLE, Thomas A. *et al.* The New Institutionalism in Political Science and Sociology. *Comparative Politics*, v. 27, n. 2, p. 231, jan. 1995.

KUMM, Mattias. The Idea of Socratic Contestation and the Right to Justification: The Point of Rights-Based Proportionality Review. *Law & Ethics of Human Rights*, v. 4, n. 2, p. 141–175, 2010.

LASSER, Mitchel de S.-O.-L'E. *Judicial deliberations: a comparative analysis of judicial transparency and legitimacy*. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2009. (Oxford studies in European law).

LAUTH, Hans-Joachim. Formal and Informal Institutions. In: GANDHI, JENNIFER (Org.). *Routledge handbook of comparative political institutions*. Milton Park, Abingdon, Oxon ; New York, NY: Routledge, 2015. p. 56–69.

LEAL, Vitor Nunes. Atualidade do Supremo Tribunal Federal. *Revista Forense*, v. 208, p. 15–18, 1964.

LEITE, Fábio Carvalho; BRANDO, Marcelo Santini. Dispersão de Fundamentos no Supremo Tribunal Federal. *Revista Direito, Estado e Sociedade*, n. 48, p. 139–166, 28 nov. 2016.

LEWANDOWSKI, Andressa. *O direito em última instância : uma etnografia do Supremo Tribunal Federal*. 2015. Tese de doutorado – Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, Brasília, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/18359>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

LINS E SILVA, Evandro. O Supremo Tribunal Federal ontem e hoje. In: O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA HISTÓRIA REPUBLICANA, 14 nov. 2002, Brasília. *Anais...* Brasília: Ajufe, 14 nov. 2002. p. 568–644.

LIVERMORE, Michael A.; RIDDELL, Allen B.; ROCKMORE, Daniel N. The Supreme Court and the Judicial Genre. *Arizona Law Review*, v. 59, p. 837–902, 2017.

LOPES, Felipe de Mendonça. *Essays on judicial behavior*. 2018. 115 f. Tese de doutorado – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Economia de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/24115>>. Acesso em: 10 maio 2019.

LOPES, José Reinaldo de Lima (Org.). *O Supremo Tribunal de Justiça do Império (1828-1889)*. São Paulo, SP: Editora Saraiva : Fundação Getúlio Vargas, Direito GV, Escola de Direito de São Paulo, 2010. (Série Produção científica. Direito, desenvolvimento, justiça).

LORENZETTO, Bruno Meneses; KENICKE, Pedro Henrique Gallotti. *José Afonso da Silva é o doutrinador mais citado pelo STF*. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2013-jul-06/jose-afonso-silva-doutrinador-citado-supremo-adis>>. Acesso em: 8 maio 2019.

MAGRO, Maíra. Decisões por consenso são cada vez mais difíceis no STF. *Valor Econômico*, 27 ago. 2014. Especial: Judiciário, p. A12.

_____. *Estudo aponta textos idênticos em decisões do STF*. *Valor Econômico*. [S.l: s.n.], 12 fev. 2016

MAHONEY, James. Path dependence in historical sociology. *Theory and Society*, v. 29, n. 4, p. 507–548, 1 ago. 2000.

MAHONEY, James; THELEN, Kathleen Ann. *Explaining institutional change: ambiguity, agency, and power*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511806414>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

MALTZMAN, Forrest; SPRIGGS, James F.; WAHLBECK, Paul J. *Crafting law on the Supreme Court: the collegial game*. Cambridge, UK ; New York: Cambridge University Press, 2000.

MARCH, James G; OLSEN, Johan P. Elaborating the “new institutionalism”. *The Oxford handbook of political institutions*, v. 5, p. 3–20, 2006.

MARIANO SILVA, Jeferson. Mapeando o Supremo: as posições dos ministros do STF na jurisdição constitucional (2012-2017). *Novos Estudos - CEBRAP*, v. 37, n. 1, p. 35–54, abr. 2018.

MARKHAM, James. Against Individually Signed Judicial Opinions. *Duke Law Journal*, v. 56, n. 3, p. 923–951, 2006.

MELLO FILHO, José Celso De. *Notas sobre o Supremo Tribunal (Império e República)*. 2. ed. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2007.

MELLO, Patrícia Perrone Campos. *Nos bastidores do STF*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2015.

MELO, Marcus André. *Um Supremo dividido não é ruim*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcus-melo/2017/10/1929357-um-supremo-dividido-nao-e-ruim.shtml>>. Acesso em: 9 maio 2019.

MENDES, Conrado Hübner. *A ingovernabilidade do STF*. Disponível em: <<http://jota.info/artigos/materias19-a-ingovernabilidade-do-stf-17092014>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

_____. *Constitutional courts and deliberative democracy*. First edition ed. Oxford, United Kingdom: Oxford University Press, 2013. (Oxford constitutional theory).

_____. Desempenho deliberativo de cortes constitucionais e o STF. In: MACEDO JR., RONALDO PORTO; BARBIERI, CATARINA (Org.). *. Direito e interpretação: racionalidade e instituições*. São Paulo: Saraiva, 2011a. p. 337–361.

_____. *Direitos fundamentais, separação de poderes e deliberação*. São Paulo: Saraiva, 2011b.

_____. O projeto de uma corte deliberativa. In: PINTO, HENRIQUE MOTTA *et al.* (Org.). *. Jurisdição Constitucional no Brasil*. São Paulo: Malheiros, 2012. .

_____. Onze ilhas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1 fev. 2010a. Tendências/DebatesDisponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0102201008.htm>>.

_____. Sessão de Leitura no STF. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 5 out. 2010b. Tendências/Debates

MENDES, Gilmar Ferreira. Controle de Constitucionalidade e Processo de Deliberação: Legitimidade, transparência e segurança jurídica nas decisões das cortes supremas. *Observatório da Jurisdição Constitucional*, n. 4, p. 1–15, 2011 2010.

MORAES, Alexandre De. *Direito Constitucional*. 35. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. Notas sobre alguns fatores extrajurídicos no julgamento colegiado. *Caderno de Doutrina e Jurisprudência da Ematra XV*, v. 1, n. 3, p. 79–89, jun. 2005.

MÓSCA, Hugo. *O Supremo Tribunal, Ontem e Hoje*. Brasília: Gráfica Gutenberg, 1986.

MOTA, Jovelina Lima Teixeira. *Influência da Certificação Digital na Implementação dos Sistemas de Tramitação dos Processos Judiciais Eletrônicos no Supremo Tribunal Federal*. 2010. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade Gama Filho, Segurança de Redes de Computadores, Brasília, 2010.

MURPHY, W. T.; RAWLINGS, R. W. *After The Ancien Regime: The Writing Of Judgments In The House Of Lords 1979/1980. The Modern Law Review*, v. 45, n. 1, p. 34–61, jan. 1982.

MUSICA BRASILIS. *Piano de cauda*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MwSoKBEJm0>>. Acesso em: 9 maio 2019.

NASCIMENTO, Cristiano de Jesus Pereira. *Distorções no processo decisório do Supremo Tribunal Federal: delegação para relatores e assessores*. 2017. 170 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, Faculdade de Direito, São Paulo, 2017.

NATAL, Joaquim Xavier Guimarães. Reforma da Justiça Federal. *Revista do Supremo Tribunal*, v. 16, n. 1, p. 195–208, 1918.

NUNES, Castro. *Teoria e Prática do Poder Judiciário*. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1943.

NUNES, Lílían Cazorla do Espírito Santo. *O Procedimento Decisório do Supremo Tribunal Federal: um estudo sobre deliberação e decisão na Corte brasileira*. 2015. 195 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Direito, Niterói, 2015.

OLIVEIRA, Fabiana Luci De. *STF: do autoritarismo à democracia*. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2012a. (FGV Direito Rio).

_____. Supremo relator: processo decisório e mudanças na composição do STF nos governos FHC e Lula. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 80, p. 89–115, out. 2012b.

OLIVEIRA, Fabiana Luci De; FALAVINHA, Diego H. S.; BRAGHIN, Simone. Processo decisório no STF e o caso da Reforma do Judiciário. *Revista Direito e Práxis*, v. 7, n. 12, p. 365–394, 4 nov. 2015.

PALMA, Juliana Bonacorsi De; FEFERBAUM, Marina; PINHEIRO, Victor Marcel. Meu trabalho precisa de jurisprudência? Como posso utilizá-la? In: MAFEI RABELO QUEIROZ, RAFAEL; FEFERBAUM, MARINA; MOREIRA, ANGELA (Org.). *Metodologia jurídica: um roteiro prático para trabalhos de conclusão de curso*. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 139–173. Disponível em: <<http://site.ebrary.com/id/10962876>>. Acesso em: 16 maio 2019.

PERES, Paulo Sérgio. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 68, p. 53–71, out. 2008.

PETERS, B. Guy. *Institutional theory in political science: the new institutionalism*. London ; New York: Pinter, 1999.

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon; KING, Desmond S. The Politics of Path Dependency: Political Conflict in Historical Institutionalism. *The Journal of Politics*, v. 67, n. 4, p. 1275–1300, 1 nov. 2005.

PIERSON, Paul; SKOCPOL, Theda. Intersections Between Historical and Rational Choice Institutionalism. In: KATZNELSON, IRA; WEINGAST, BARRY R. (Org.). . *Preferences and Situations*. Points of Intersection Between Historical and Rational Choice In. [S.l.]: Russell Sage Foundation, 2005. p. 1–24. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/10.7758/9781610443333.4>>.

POPKIN, William D. *Evolution of the judicial opinion: institutional and individual styles*. New York: New York University Press, 2007.

PORRO, Alessandro. Justiça seja feita. *Revista Realidade*, v. 1, n. 4, p. 19–25, jul. 1966.

POSNER, Richard A. Judges' Writing Styles (And Do They Matter?). *The University of Chicago Law Review*, v. 62, n. 4, p. 1421–1449, 1995.

POST, Robert. The Supreme Court Opinion as Institutional Practice: Dissent, Legal Scholarship, and Decisionmaking in the Taft Court. *Minnesota Law Review*, v. 85, p. 1267–1390, 2001 2000.

POWELL, Walter W.; DIMAGGIO, Paul (Org.). *The New institutionalism in organizational analysis*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

PRZEWORSKI, Adam. Endogenous change of institutions. In: GANDHI, JENNIFER (Org.). . *Routledge handbook of comparative political institutions*. Milton Park, Abingdon, Oxon ; New York, NY: Routledge, 2015. p. 43–55.

PULS, Mauricio; FERRARI, Márcio. Déficit de deliberação. *Revista Pesquisa FAPESP*, n. 243, p. 80–83, maio 2016.

PÜSCHEL, Flavia Portella. Vida e morte no direito brasileiro: uma reflexão sobre a relação entre dogmática jurídica e estrutura dos tribunais a partir da decisão da ADPF n. 54. *São Paulo Law School of Fundação Getúlio Vargas - Direito GV Research Paper Series No. 99*, p. 1–16, jun. 2014.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. O papel dos vencidos. *Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM*, n. 242, jan. 2013. Disponível em: <http://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/4805-O-papel-dos-vencidos>. Acesso em: 15 jan. 2017.

RAMOS, Elival da Silva. *Ativismo judicial: parâmetros dogmáticos*. 1. ed., 2. tirag ed. São Paulo: Saraiva, 2010a.

_____. *Controle de constitucionalidade no Brasil: perspectivas de evolução*. São Paulo, SP: Editora Saraiva, 2010b.

RAMOS, Luciana de Oliveira. Argumentação do STF em Recursos Extraordinários. In: DIMOULIS, DIMITRI; CUNHA, LUCIANA GROSS; RAMOS, LUCIANA DE OLIVEIRA (Org.). *O Supremo Tribunal Federal para além das ações diretas de inconstitucionalidade*. São Paulo: Direito GV, 2014. p. 65–87.

REGINATO, Andréa Depieri de Albuquerque. Uma introdução à pesquisa documental. In: MACHADO, MAÍRA ROCHA (Org.). *Pesquisa empiricamente o Direito*. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017. p. 189–224.

REIS, Daniel Aarão. O Supremo Tribunal do Brasil (notas e recordações). *Revista dos Tribunais*, v. 352, p. 518–541, fev. 1965.

_____. *O Supremo Tribunal do Brasil (notas e recordações)*. Rio de Janeiro: Mabri, 1968.

REVISTA CONSULTOR JURÍDICO. *ConJur terá coluna sobre Consultoria-Geral da República*. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2014-fev-04/coluna-historia-consultoria-geral-republica-estreia-conjur>>. Acesso em: 9 maio 2019.

RODRIGUES, Lêda Boechat. *História do Supremo Tribunal Federal - Tomo IV - 1930-1963*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 4.

_____. *História do Supremo Tribunal Federal - Volume I - Defesa das liberdades civis (1891-1898)*. 2. ed.-- ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991a. v. 1.

_____. *História do Supremo Tribunal Federal - Volume II - Defesa do federalismo (1899-1910)*. 2. ed.-- ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991b. v. 2.

_____. *História do Supremo Tribunal Federal - Volume III - Doutrina brasileira do habeas corpus (1910-1926)*. 2. ed.-- ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991c. v. 3.

RODRIGUEZ, José Rodrigo. *Como decidem as cortes? para uma crítica do direito (brasileiro)*. 1a edição ed. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: FGV Editora, 2013.

RODRIGUEZ-GARAVITO, Cesar. Beyond the Courtroom: The Impact of Judicial Activism on Socioeconomic Rights in Latin America. *Texas Law Review*, v. 89, p. 1669, 2011 2010.

ROMBOLI, Roberto. La Tipología de Las Decisiones de la Corte Constitucional en el proceso sobre la Constitucionalidad de las Leyes Planteado en Via Incidental. *Revista Española de Derecho Constitucional*, v. 16, n. 48, dez. 1996.

RUIZ, Marian Ahumada. La regla de la mayoría y la formulación de doctrina constitucional: Rationes dicidendi en la STC 136/1999. *Revista española de derecho constitucional*, v. 20, n. 58, p. 155–188, 2000.

SANTOS, Carlos Victor Nascimento Dos. *O exercício da colegialidade no Supremo Tribunal Federal: entre a construção social do discurso e as práticas judiciais*. 2017. 307 f. Tese de doutorado – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, Rio de Janeiro, 2017.

SANTOS, Roberto A. O. Corte Constitucional (A crise do Supremo Tribunal Federal - uma proposta). *Revista de Direito Público*, n. 82, p. 115–126, jun. 1987.

SCHWAITZER, Lenora de Beaurepaire da Silva. *Desmistificando o AI2: a recriação da Justiça Federal a partir da visão dos bacharéis em direito*. 2017. 259 f. Tese de doutorado – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://apldc1vpr0090.fgv.br:80/dspace/handle/10438/18943>>. Acesso em: 11 maio 2019.

SEGADO, Francisco Fernández. La recepción del “Sondervotum” en Alemania. *Revista de las Cortes Generales*, n. 77, p. 7–62, 2009.

Sessão em 30 de maio de 1914. *Revista do Supremo Tribunal*, v. 1, p. 545–553, 1914.

SILVA, Virgílio Afonso Da. De Quem Divergem os Divergentes: os Votos Vencidos no Supremo Tribunal Federal. *Revista Direito, Estado e Sociedade*, n. 47, 22 fev. 2016a. Disponível em: <<http://www.jur.puc-rio.br/revistades/index.php/revistades/article/view/605>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

_____. Deciding without deliberating. *International Journal of Constitutional Law*, v. 11, n. 3, p. 557–584, 1 jul. 2013.

_____. Do we deliberate? If so, how? *European journal of legal studies*, v. 9, p. 209–240, 2017a.

_____. Integração e diálogo constitucional na América do Sul. In: BOGDANDY, ARMIN VON; PIOVESAN, FLÁVIA; ANTONIAZZI (Org.). *Direitos humanos, democracia e integração jurídica na América do Sul*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 515–530.

_____. O Relator dá voz ao STF? Uma réplica a Almeida e Bogossian. *REI - Revista Estudos Institucionais*, v. 2, n. 2, p. 648–669, 1 fev. 2017b.

_____. O STF e o controle de constitucionalidade: deliberação, diálogo e razão pública. *Revista de Direito Administrativo*, v. 250, p. 197–227, 20 ago. 2012.

_____. “Um Voto Qualquer”? O Papel do Ministro Relator na Deliberação no Supremo Tribunal Federal. *REI - Revista Estudos Institucionais*, v. 1, n. 1, p. 180–200, 31 jan. 2016b.

SILVA, Virgílio Afonso Da; MENDES, Conrado Hübner. Entre a transparência e o populismo judicial. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 maio 2009. Tendências/Debates

SPRIGGS II, James F. II; STRAS, David R. Explaining Plurality Decisions. *Georgetown Law Journal*, v. 99, p. 515, 2011 2010.

STEINMO, Sven; THELEN, Kathleen Ann; LONGSTRETH, Frank (Org.). *Structuring politics: historical institutionalism in comparative analysis*. Cambridge [England] ; New York: Cambridge University Press, 1992. (Cambridge studies in comparative politics).

SUNDFELD, Carlos Ari; SOUZA, Rodrigo Pagani De. Como aperfeiçoar a repercussão geral? In: FALCÃO, JOAQUIM; ARGUELHES, DIEGO WERNECK; RECONDO, FELIPE (Org.). *Onze supremos: o supremo em 2016*. Belo Horizonte: Letramento: Casa do Direito: Supra: Jota: FGV Rio, 2017. p. 104–106. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/17959>>. Acesso em: 7 mar. 2017.

SUNDFELD, Carlos Ari; SOUZA, Rodrigo Pagani. Accountability e Jurisprudência do STF: Estudo Empírico de Variáveis Institucionais e Estrutura das Decisões. In: VOJVODIC, ADRIANA *et al.* (Org.). *Jurisdição Constitucional no Brasil*. São Paulo: Malheiros, 2012. p. 75–116.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Estatísticas do STF - Movimento Processual*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=estatistica&pagina=movimento-Processual>>. Acesso em: 10 maio 2019.

_____. *Supremo Tribunal Federal. Biênio 2004-2006*. Relatório de Gestão. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2007.

_____. *Supremo Tribunal Federal: Relatório de Atividades: Exercício - 2007*. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2 abr. 2008.

_____. *Supremo Tribunal Federal: Relatório de Gestão do Exercício de 2015*. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2016.

_____. *Supremo Tribunal Federal: Relatório de Gestão do Exercício de 2017*. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2018.

SVOLIK, Milan W. Equilibrium Analysis of Political Institutions. In: GANDHI, JENNIFER (Org.). *Routledge handbook of comparative political institutions*. Milton Park, Abingdon, Oxon ; New York, NY: Routledge, 2015. p. 70–83.

THÉRET, Bruno. As instituições entre as estruturas e as ações. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 58, p. 225–254, 2003.

TRIGUEIRO, Oswaldo. O Supremo Tribunal Federal no império e na república. *Arquivos do Ministério da Justiça*, v. 38, n. 157, p. 40–57, mar. 1981.

Um caso grave. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16 dez. 1905a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1905_01619.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2019.

Um caso grave. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 17 dez. 1905b. Publicações a Pedido, p. 9.

Um caso grave no Supremo Tribunal Federal. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 dez. 1905. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1905_01622.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2019.

Um caso Grave no Supremo Tribunal Federal - Accórdão deturpado - O DISCURSO DE RUY BARBOSA - No Senado. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 22 dez. 1905. , p. 1–2.

VALE, André Rufino Do. *Argumentação constitucional : um estudo sobre a deliberação nos tribunais constitucionais*. 2015. Tese de doutorado – Universidade de Brasília; Universidad de Alicante, Brasília-Alicante, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/18043>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

_____. *É preciso repensar a deliberação no Supremo Tribunal Federal*. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-fev-01/observatorio-constitucional-preciso-repensar-deliberacao-stf>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

VICKREY, William C.; DENTON, Douglas G.; JEFFERSON, Wallace B. Opinions as the Voice of the Court: How State Supreme Courts Can Communicate Effectively and Promote Procedural Fairness. *Court Review*, v. 48, p. 74, 2012.

VIEIRA, José Ribas; ANDRADE, Mario Cesar. *Onze ilhas supremas ou ministros invisíveis: o que o STF reserva para 2016?* Disponível em: <<http://jota.info/artigos/onze-ilhas-supremas-ou-ministros-invisiveis-o-que-o-stf-reserva-para-2016-04022016>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

VIEIRA, Oscar Vilhena. *Direitos Fundamentais: Uma Leitura da Jurisprudência do STF*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

_____. Supremocracia. *Revista Direito GV*, v. 4, n. 2, p. 441–463, dez. 2008.

_____. Supremocracia em crise. In: VIEIRA, OSCAR VILHENA. *A batalha dos poderes: da transição democrática al mal-estar constitucional*. São Paulo, Brazil: Companhia das Letras, 2018. p. 161–214.

VOJVODIC, Adriana de Moraes; MACHADO, Ana Mara França; CARDOSO, Evorah Lusci Costa. Escrevendo um romance, primeiro capítulo: precedentes e processo decisório no STF. *Revista Direito GV*, v. 5, n. 1, p. 021–044, 1 jan. 2009.

WAHRLICH, Beatriz Marques de Souza. O governo provisório de 1930 e a reforma administrativa. v. 9, n. 4, p. 5–68, 1975.

WHITE, James Boyd. What's an Opinion for? *The University of Chicago Law Review*, v. 62, n. 4, p. 1363–1369, 1995.

WINCH, Peter. Social Science. *The British Journal of Sociology*, v. 7, n. 1, p. 18, mar. 1956.

APÊNDICE - LISTA DE TÍTULOS DE DOCUMENTOS NO STF

A lista a seguir contém os nomes disponíveis no sistema para os funcionários da Seção de Transcrição e Revisão de Julgamentos rotularem os documentos que compõem os acórdãos (datada de 19 de outubro de 2018). Eles foram fornecidos pela Seção para a pesquisa:

1	Abertura	55	Decisão sobre Repercussão Geral
2	Adiamento	60	Despacho
3	Agradecimento	65	Decisão Monocrática
4	Anulação de Julgamento	70	Acórdão
5	Comunicação	80	Ementa
6	Debate	82	Ementa, Relatório e Voto
7	Diligência	83	Ementa, Relatório
8	Eleição	84	Ementa, Relatório e Voto s/ Preliminar
9	Encerramento	85	Ementa, Relatório e Voto Preliminar
10	Esclarecimento s/ Matéria de Fato (Advogado)	86	Ementa e Acórdão
11	Explicação	87	Ementa sobre Repercussão Geral
12	Homenagem	90	Retirado de Pauta
13	Parecer	91	Retirado de Mesa
14	Parecer - Confirmação de Parecer	100	Relatório
15	Parecer- Retificação de Parecer	101	Antecipação ao Relatório
16	Parecer - Aditamento ao Parecer	102	Aditamento ao Relatório
17	Preliminar	105	Relatório e Voto
18	Proposta de Remessa ao Pleno	106	Relatório, Voto s/ Preliminar
19	Proposta de Remessa à Turma	107	Relatório, Voto Preliminar
20	Questão de Ordem	108	Relatório, Antecipação ao Voto
21	Renovação de Julgamento	109	Relatório, Voto s/ Questão de Ordem
22	Retificação de Decisão	110	Relatório, Explicação
23	Solene	111	Relatório, Proposta de Remessa ao Pleno
24	Vista	112	Relatório, Proposta de Remessa à Turma
25	Notas para o Voto	113	Relatório, Voto s/ Diligência
26	Aditamento à Questão de Ordem	114	Relatório s/ Questão de Ordem
27	Proposta de Vista	115	Referendo Relatório
28	Antecipação ao Parecer	200	Voto
29	Impedimento	210	Antecipação ao Voto
30	Remetido ao Pleno	211	Aditamento ao Voto
31	Retificação de Preliminar	212	Voto Preliminar
32	Remetido à Turma	213	Voto s/ Preliminar
40	Ofício	214	Voto s/ Diligência
50	Decisão de Julgamento	215	Voto s/ Questão de Ordem

216	Voto Desempate	270	Manifestação sobre a Repercussão Geral
217	Confirmação de Voto	271	Voto do(a) Revisor(a)
218	Retificação de Voto	273	Referendo Voto
219	Incidências ao Voto	274	Voto s/ 2ª Preliminar
220	Voto s/ Matéria de Fato	275	Voto s/ 3ª Preliminar
221	Extrato de Ata	276	Voto s/ 4ª Preliminar
222	Retificação de Ata	277	Voto s/ 5ª Preliminar
223	Voto Vista	278	Voto s/ 6ª Preliminar
224	Questão Preliminar	279	Voto s/ 7ª Preliminar
225	Voto s/ Mérito	280	Voto s/ 8ª Preliminar
226	Esclarecimento	281	Voto s/ 9ª Preliminar
227	Proposta de Diligência	282	Voto s/ 10ª Preliminar
228	Requerimento	283	Voto s/ 11ª Preliminar
229	Voto s/ Preliminar de Conhecimento	284	Voto s/ 12ª Preliminar
230	Homologação de Desistência	285	Voto s/ 13ª Preliminar
231	Proposta	286	Voto s/ 14ª Preliminar
232	Voto s/ Conhecimento	287	Voto s/ 15ª Preliminar
233	Voto s/ item I	288	Voto s/ 16ª Preliminar
234	Voto s/ item II	289	Voto s/ 17ª Preliminar
235	Voto s/ item III	290	Voto s/ 18ª Preliminar
236	Voto s/ item IV	291	Voto s/ 19ª Preliminar
237	Voto s/ item V	292	Voto s/ 20ª Preliminar
238	Voto s/ item VI	299	Revisão de Apartes
239	Voto s/ item VII	300	Sobrestado
240	Voto s/ item VIII	301	Aditamento à proposta
241	Voto s/ Proposta de Remessa ao Pleno	302	Aditamento à Decisão
242	Voto s/ Proposta	303	Referendo
243	Questão Prejudicial	304	Debate II
244	Voto s/ Questão Prejudicial	305	Debate III
245	Renovação de Diligência	306	Debate IV
246	Voto s/ Adiamento	307	Aditamento à preliminar
247	Voto s/ Explicação	308	2ª Questão de Ordem
250	Aditamento ao Voto Vista	309	3ª Questão de Ordem
251	Aditamento ao Voto s/ Preliminar	310	4ª Questão de Ordem
252	Voto s/ 2ª Questão de Ordem	311	Retificação de Pregão
253	Voto s/3ª Questão de Ordem	401	Texto de Abertura da Certidão de Julgamento
254	Voto s/4ª Questão de Ordem	402	Termo de Juntada da Certidão de Julgamento
255	Audiência Pública	403	Certidão de Data
256	Esclarecimento - Audiência Pública	404	Certidão de Publicação
257	Voto s/ item IX	405	Edital de Proposta de Súmula Vinculante
258	Voto s/ item X	406	Termo de Juntada do Acórdão
259	Voto s/ item XI	500	Degração
260	Voto s/ item XII	501	Depoimento
261	Voto s/ item XIII	502	Entrevista
262	Voto s/ item XIV	503	Cancelado o pregão
263	Voto s/ item XV	504	Conclusão

505	Continuação do relatório	515	Resultado parcial
506	Continuação do voto	516	Suspensa
507	Escrutinador	517	Sustentação oral
508	Leitura de ata	518	Suspensão de julgamento
509	Leitura de textos	519	Vista em mesa
510	Matéria de fato	520	Nomeação
511	Observação	521	Aparte
512	Pregão	522	Sustentação escrita
513	Reabertura	999	Ministro vencido
514	Resultado		

Comparamos a lista com os 118 nomes que encontramos nos documentos nos acórdãos pesquisados:

(S/ QUESTÃO DE ORDEM) RETIFICAÇÃO DE VOTO

3ª QUESTÃO DE ORDEM

ACÓRDÃO

ADIANTAMENTO AO VOTO

ADIANTAMENTO DE VOTO

ADITAMENTO À PROPOSTA (S/ MODULAÇÃO DOS EFEITOS)

ADITAMENTO AO RELATÓRIO

ADITAMENTO AO VOTO

ANTECIPAÇÃO AO VOTO

ANTECIPAÇÃO DE VOTO

APARTE

CONFIRMAÇÃO AO VOTO

CONFIRMAÇÃO DE VOTO

CONFIRMAÇÃO DE VOTO (s/ proposta)

DEBATE

DEBATES

DECLARAÇÃO DE VOTO

EMENTA

EMENTA E ACÓRDÃO

ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO

ESCLARECIMENTO

EXPLICAÇÃO

EXPLICAÇÃO SOBRE PRELIMINARES

EXTRATO DA ATA

EXTRATO DE ATA

HOMENAGEM

IMPEDIMENTO

INCIDÊNCIAS AO VOTO

MANIFESTAÇÃO S/ REPERCUSSÃO GERAL

MANIFESTAÇÃO SOBRE A REPERCUSSÃO GERAL

OBSERVAÇÃO

OBSERVAÇÃO (s/ repercussão geral e modulação de efeitos)

PEDIDO DE ADITAMENTO

PEDIDO DE VISTA

PRELIMINAR

PROPOSTA

PROPOSTA (de fixação de tese em Repercussão Geral)

PROPOSTA (fixação de tese em repercussão geral)

PROPOSTA (s/ proposta de tese em repercussão geral)

PROPOSTA (S/ TESE EM REPERCUSSÃO GERAL)

PROPOSTA (s/ tese)

PROPOSTA (sobre tese em repercussão geral)

PROPOSTA (tese em repercussão geral)

PROPOSTA DE ADIAMENTO

PROPOSTA DE MODULAÇÃO

PROPOSTA DE REMESSA AO PLENO

PROPOSTA DE TESE

QUESTÃO DE ORDEM

QUESTÃO PRELIMINAR

REITERAÇÃO DE VOTO

RELATÓRIO

RELATÓRIO COMPLEMENTAR

RELATÓRIO PRELIMINAR

RELATÓRIO REPERCUSSÃO GERAL	VOTO CONVERGENTE
REMESSA AO PLENO	VOTO DE VISTA
RETIFICAÇÃO DE VOTO	VOTO DESEMPATE
RETIFICAÇÃO DE VOTO (PRELIMINAR)	VOTO MÉRITO
RETIFICAÇÃO DE VOTO (S/ MODULAÇÃO DE EFEITOS)	VOTO PRELIMINAR
RETIFICAÇÃO DE VOTO (s/ proposta)	VOTO REPERCUSSÃO GERAL
RETIFICAÇÃO DO VOTO	VOTO S/ 2ª QUESTÃO DE ORDEM
SOBRE REMESSA AO PLENO	VOTO S/ MODULAÇÃO
SUSPENSÃO DE JULGAMENTO	VOTO S/ PRELIMINAR
VISTA	VOTO S/ PRELIMINAR (SÚMULA 283)
VOTO	VOTO S/ PROPOSTA
VOTO - PRELIMINAR	VOTO S/ PROPOSTA (fixação de tese em repercussão geral)
VOTO (ADITAMENTO)	VOTO S/ PROPOSTA (S/ TESE EM REPERCUSSÃO GERAL)
VOTO (ANTECIPAÇÃO)	VOTO S/ PROPOSTA (tese em repercussão geral)
VOTO (CONFIRMAÇÃO)	VOTO S/ PROPOSTA DE TESE
VOTO (ESCLARECIMENTO)	VOTO S/ QUESTÃO DE ORDEM
VOTO (PEDIDO DE SOBRESTAMENTO)	VOTO S/ QUESTÃO DE ORDEM (APARTE)
VOTO (PRELIMINAR)	VOTO SOBRE A PRELIMINAR
VOTO (PRELIMINAR) (sic)	VOTO SOBRE A PRIMEIRA PRELIMINAR
VOTO (PROPOSTA)	VOTO SOBRE A SEGUNDA PRELIMINAR
VOTO (RETIFICAÇÃO DE VOTO S/ PROPOSTA)	VOTO SOBRE MATÉRIA CONSTITUCIONAL
VOTO (RETIFICAÇÃO)	VOTO SOBRE PRELIMINAR
VOTO (S/ CONHECIMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO)	VOTO SOBRE PRELIMINAR (Súmula 283)
VOTO (S/ MODULAÇÃO DE EFEITOS)	VOTO SOBRE PRELIMINARES
VOTO (S/ PRELIMINAR)	VOTO SOBRE PRIMEIRA PRELIMINAR
VOTO (S/ PROPOSTA)	VOTO SOBRE PROPOSTA
VOTO (S/ QUESTÃO DE ORDEM)	VOTO SOBRE QUESTÃO DE ORDEM
VOTO (S/PRELIMINAR)	VOTO VENCIDO REPERCUSSÃO GERAL
VOTO (SOBRE PRELIMINAR)	VOTO VISTA
VOTO (VISTA)	VOTO VOGAL
VOTO (VOTO S/ PROPOSTA)	VOTO-VISTA
VOTO COMO VOGAL JULGADO	VOTO-VOGAL

Quando não havia nenhum nome nos documentos digitalizados ou eletrônicos, utilizamos a nomenclatura do PDF disponibilizado pelo Tribunal. Ao todo, foram 27 nomes diferentes para essa hipótese:

EXTRATO DE ATA	ADITAMENTO AO VOTO
JUNTADA DE DOCUMENTO	ANTECIPAÇÃO AO VOTO
ADIAMENTO	APARTE
ADITAMENTO AO RELATÓRIO	CONFIRMAÇÃO DE VOTO

CONFIRMAÇÃO VOTO
DEBATE
ESCLARECIMENTO
EXPLICAÇÃO
EXTRATO DE ATA
MANIFESTAÇÃO SOBRE A REPERCUSSÃO
GERAL
OBSERVAÇÃO
PROPOSTA DE REMESSA AO PLENO
PROPOSTA

QUESTÃO DE ORDEM
RETIFICAÇÃO DE VOTO
VISTA
VOTO S/ 3ª QUESTÃO DE ORDEM
VOTO S/ MODULAÇÃO
VOTO S/ PRELIMINAR
VOTO S/ PROPOSTA
VOTO S/ QUESTÃO DE ORDEM
VOTO SOBRE QUESTÃO DE ORDEM
VOTO